

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG ANDRÉ LUIZ DE MELLO BRAGA

ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CAMINHOS
DE SUCESSO POSSÍVEIS PARA A MARINHA DO BRASIL

Rio de Janeiro
2013

CMG ANDRÉ LUIZ DE MELLO BRAGA

ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CAMINHOS
DE SUCESSO POSSÍVEIS PARA A MARINHA DO BRASIL

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso de
Política e Estratégia Marítimas.

Área de Estudo: Política e Estratégia

Orientador: CMG (RM1 - FN) Rudbert Kilian Júnior

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2013

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Mônica pela compreensão e paciência com os afastamentos inerentes à carreira.

Aos meus pais José Artur e Sueli, a quem devo a formação do caráter.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1 - FN) Rudbert Kilian Júnior, meu orientador, pela confiança e empolgação demonstradas durante todo o processo de pesquisa.

Pelas importantes contribuições, que muito enriqueceram este trabalho, agradeço aos amigos Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Leonardo Matos e Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Lopes Caputo, Adido Naval na República Popular da China, na República da Coreia e na República Socialista do Vietnã; às professoras Lulu Pan e Chang Yee Costa; e aos professores Severino Bezerra Cabral Filho e Williams Gonçalves.

À Escola de Guerra Naval e à Marinha, pela oportunidade a mim oferecida no aprimoramento profissional e pessoal.

RESUMO

Esta monografia é uma pesquisa que busca aprendizados para a Estratégia Naval do Brasil a partir da Estratégia Naval da República Popular da China, sob a Teoria Racionalista das Relações Internacionais. Para tal, identifica-se a China como uma potência continental e econômica que está se tornando, também, uma potência naval, motivada por uma visão racionalista própria. O estudo pretende entender as semelhanças entre o Brasil e a China na geopolítica e nos objetivos comuns dentro do Sistema Internacional; bem como suas marcantes diferenças institucionais, políticas, estratégicas, nos processos decisórios e nos estágios de desenvolvimento dos instrumentos de defesa de seus respectivos interesses; apresenta também a África como palco do exercício extremo do *Soft Power* brasileiro. Para melhor embasar o trabalho, são mostrados ideias e conceitos de Relações Internacionais, geopolítica e fatos históricos relevantes da história naval do Brasil e da China. Após delineadas as condições político e estratégicas e suas implicações para as Relações Internacionais, o trabalho passa a descrever as atuais Estratégias Navais de cada um. Montada a panóplia e conectando os conhecimentos por meio de análise focada no Poder Naval como instrumento das Relações Internacionais, seleciona-se as lições de interesse para o Brasil, as coincidentes, as adaptáveis e até aquelas que não podem ser aproveitadas. A conclusão organiza as considerações do autor para expor a ideia central do estudo: “boas práticas para a Estratégia Naval do Brasil a partir do processo chinês de fortalecimento do seu Poder Naval como instrumento de aplicação e defesa de seus interesses na esfera internacional”. Como qualquer trabalho acadêmico, não é definitivo; contudo pretende deixar informações e ideias atuais que permitam a reflexão estratégica, principalmente no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: Estratégia Naval, Brasil, China, Sistema Internacional, Geopolítica, Poder Naval, África, *Soft Power*.

ABSTRACT

This monograph seeking learn to Brazil's Naval Strategy from the Naval Strategy of the People's Republic of China, under the Rationalism Theory from International Relations concepts. To this end, it identifies China as a continental power and economy that is becoming also a sea power, driven by a rationalist view itself. The study aims to understand the similarities between Brazil and China in the geopolitics and common goals within the international system, as well as its striking institutional differences, political, strategic, decision processes and stages of development of instruments for the defense of their respective interests; also presents Africa as a stage of the extreme exercise for the Brazilian Soft Power. To better ground the work, are shown ideas and concepts of international relations, geopolitical and historical facts relevant naval history of Brazil and China. After outlining the political and strategic conditions and their implications for International Relations, the work goes on to describe the current Naval Strategies of each. Mounted array and connecting knowledge through analysis focused on sea power as an instrument of international relations, selects the lessons of interest to Brazil, the coincident, the adaptable and even those that can not be seized. The conclusion of the author organizes the considerations to expose the central idea of the study: "good practices for Brazil's Naval Strategy from the Chinese process of strengthening its sea power as an instrument of implementation and defense of their interests in the international sphere." Like any academic work, is not definitive, however you want to leave current information and ideas that enable strategic thinking, especially in the academic.

Keywords: Naval Strategy, Brazil, China, International System, Geopolitics, Sea Power, Africa, Soft Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Projeção do Brasil sobre o oceano Atlântico.	91
FIGURA 2 - Fronteiras políticas da China.	92
FIGURA 3 - Projeção da China sobre o oceano Pacífico.	93
FIGURA 4 - Disposição do colar de pérolas chinês.	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD - *Anti-Access/ Area Denial*

BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CBERS- Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

END - Estratégia Nacional de Defesa

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

LBDN - Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil)

LBGC - Livro Branco do Governo da China

LCM – Linhas de Comunicações Marítimas

MB - Marinha do Brasil

MD – Ministério da Defesa

MEPL - Marinha do Exército Popular de Libertação

NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A

PD – Programa Decenal

PND – Política Nacional de Defesa

PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos

RPC – República Popular da China. Caracteres chineses: 中华人民共和国
Pīn yīn: Zhōng Huà Rén Mín Gònghé Guó

TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USNAVY – *United States Navy* (Marinha dos Estados Unidos da América).

USP – Universidade de São Paulo

ZOPACAS ou ZPCAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

NOTA SOBRE A GRAFIA CHINESA

De acordo com a Professora Lulu Pan, credenciada para o ensino do mandarim no Brasil, o *pīn yīn* (em caracteres chineses: 拼音), ou, de maneira mais formal, *hàn yǔ pīn yīn* (汉语 拼音), é o método de romanização mais utilizado na atualidade para o **Mandarim Padrão** (em caractere chinês: 标准 普通话, em *pīn yīn*: *biāozhǔn pǔtōnghuà*).

Hàn yǔ (汉语) significa “língua chinesa”, e *pīn yīn* (拼音) significa “fonética”, ou, em uma tradução literal, “som soletrado”. O sistema é empregado somente para o mandarim padrão, e não para os outros dialetos chineses.

Esse sistema é usado na China continental (República Popular da China - RPC), Hong Kong, Macau, partes de Taiwan, Malásia e Cingapura.

Os propósitos do sistema de romanização são:

- O ensino nas escolas chinesas da pronúncia do mandarim padrão, sendo esse o propósito primário;
- O ensino do mandarim internacionalmente, principalmente para ocidentais;
- O ensino do mandarim como segundo idioma;
- A grafia dos nomes chineses em publicações estrangeiras; e
- Para permitir a inserção de caracteres chineses em computadores e telefones móveis (celulares).

O *pīn yīn* foi desenvolvido por um comitê do governo da RPC, tendo sido aprovado oficialmente por esse governo em 11 de janeiro de 1958. O sistema foi adotado pela Organização Internacional de Padronização (*International Organization for Standardization – ISO*) em 1982, tornando o *pīn yīn* em padrão internacional para romanização padrão do chinês moderno (ISO-7098:1991).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Teorias das Relações Internacionais.....	15
2.2	A geopolítica do Atlântico Sul	19
2.3	A China e sua inserção geopolítica.....	24
2.3.1	Demandas territoriais pendentes.....	27
2.4	BRICS e a Ordem Internacional Vigente	31
2.5	Considerações Parciais	36
3	FATOS HISTÓRICOS RELEVANTES	41
3.1	A China.....	41
3.1.1	Os Submarinos Nucleares chineses	45
3.2	O Brasil.....	47
3.3	Considerações Parciais	50
4	AS ESTRATÉGIAS NAVAIS DE CHINA E BRASIL	56
4.1	Estratégia Naval da China	56
4.1.1	Estratégia <i>Anti-Access/ Area Denial</i> (A2/AD).....	59
4.2	Estratégia Naval do Brasil.	60
4.3	Considerações Parciais	63
5	ANÁLISES DAS LIÇÕES CONSIDERADAS	66
5.1	Alinhamento Político e Estratégico	66
5.2	Desenvolvimento de capacidades próprias, a indústria nacional de defesa e a capacitação intelectual	68
5.3	Estabelecimento de bases de operações avançadas	71
5.4	Lições chinesas não aplicáveis à Estratégia Naval do Brasil	72
5.5	Considerações Parciais	74
6	CONCLUSÃO	77
6.1	Percepção de ameaças	77
6.2	As Lições	79

REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE A - FIGURAS ILUSTRATIVAS – VISUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	91
APÊNDICE B - CHINA E O SÉCULO DA HUMILHAÇÃO NACIONAL	95

1) INTRODUÇÃO

O Brasil e a China fazem parte do grupo de potências emergentes, os BRIC, no começo apenas uma sigla formulada pelo economista Jim O'Neill do banco de investimentos *Goldman Sachs Asset Management*, em 2001: Brasil, Rússia, Índia e China. Esses países possuem características comuns importantes para a economia global: vasta área territorial, grande população, fortes mercados internos e economias em crescimento.

Por iniciativa própria, esses países vêm se articulando em prol de seus interesses comuns e ampliando suas importâncias no Concerto das Nações. Durante a Reunião da III Cúpula do BRIC¹, realizada em Sanya Hainan – China (abril de 2011), a África do Sul foi admitida no grupo, que passou a adotar a sigla BRICS².

Atualmente identifica-se que os BRICS vêm adotando uma postura contestadora quanto a Ordem Internacional vigente. Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 27 de março de 2013, os BRICS apresentaram o Arranjo de Reservas Contingenciais, no valor de US\$100 bilhões para serem usados em caso de crises financeiras.

O arranjo seria uma alternativa do grupo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), uma sinalização clara do grupo de posicionamento independente e deslocado quanto a um instrumento da ordem internacional vigente. O mesmo jornal destacou que, na ocasião, Brasil e China assinaram, em 26 de março de 2013, um acordo para troca de moedas (*swap*) no valor de R\$ 60 bilhões.

Ambos os países, Brasil e China, possuem interesses comuns no Sistema Internacional e, conseqüentemente, interesses marítimos cada vez maiores, fruto do

¹ Conforme divulgado pelo sítio de Internet do Itamaraty, disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>. Acesso em 29ABR2013.

² Os BRICS representam 25% do PIB mundial e 40% da população do planeta. Fonte: *Voz da Rússia* (maio de 2013), disponível em < <http://www.diariodarussia.com.br/internacional/noticias/2013/05/17/importancia-dos-paises-do-brics-segue-em-alta/> >. Acesso em 10JUN2013.

crescimento econômico; logo, é vital garantir as rotas marítimas e os recursos naturais disponíveis no mar. Para tal, é necessário ocupar e proteger com inteligência seus respectivos espaços marítimos.

Até que Brasil e China chegassem a esse momento atual de projeção internacional, foram percorridos longos caminhos. Limitando-se as histórias à evolução do pensamento naval, pode-se afirmar que ambos os países seguiram trajetórias pontuadas por períodos de ascensão e declínio.

Bernard D. Cole (2010) e Andrew R. Wilson (2009) apresentam a China como uma cultura milenar que já foi uma potência naval; voltou-se para o interior, iniciando um processo de declínio do poder marítimo (Dinastia Ming, 1368-1644). Ao final do século XIX, a China entrou em uma fase de submissão às interferências estrangeiras. No início do século XX o período Imperial chegou ao fim e a China tornou-se uma República, buscando libertar-se dessa influência estrangeira e encontrar processos próprios para fortalecer os diversos aspectos do poder nacional. Redescobriu a importância do poder marítimo como instrumento para garantia de seus interesses ao final do século XX.

O Brasil, de acordo com Vice-Almirante Vidigal, em seu livro “A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro”, de 1985, está muito ligado ao mar desde o seu descobrimento. Para consolidar a Independência, organizou a Marinha, instrumento fundamental para o processo, uma visão estratégica de José Bonifácio de Andrada e Silva. Após a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1869), o Brasil detinha um Poder Naval de relevância internacional, uma consequência do esforço de guerra, mas não conseguiu acompanhar adequadamente as mudanças da Revolução Industrial. A partir de 1977, o Brasil assumiu uma postura naval mais independente e buscou desenvolver projetos próprios, mesmo sob limitações orçamentárias. Momentos de crescimento, declínio e estagnação pontuaram a trajetória da Marinha do Brasil (MB) até chegar ao século XXI.

Segundo o Livro Branco do Governo da China (*China's White Papers*³ - 2010 中国的白皮书), o multilateralismo e a globalização são processos irreversíveis e compreendidos por aquele país, isso indica que o desenvolvimento por meio da paz e a manutenção de um ambiente internacional estável é a tendência principal, embora as competições estratégicas internacionais e contradições também cresçam e configurem um desafio complexo. Como consequência a Estratégia Nacional de Defesa da China busca desenvolver forças armadas fortes para defender a soberania contra agressões estrangeiras e garantir o desenvolvimento e modernização da China.

Recentemente, em 2008, o Brasil também estabeleceu sua Estratégia Nacional de Defesa (END) e ao final de 2012 apresentou o seu Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) à sociedade, uma compreensão da importância do assunto defesa e que busca a maior participação da sociedade, com um viés desenvolvimentista. Segundo a END, são três os eixos estruturantes da estratégia: reorganização das Forças Armadas; reestruturação da indústria brasileira de material de defesa; e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Para que a China possa sustentar suas posições e interesses marítimos, vem desenvolvendo seus instrumentos, dentre eles o Poder Naval. Uma vez que o Brasil também possui interesses marítimos cada vez maiores, necessitará construir os seus próprios instrumentos, caso contrário poderá ficar limitado à retórica.

Como se pode perceber, Brasil e China apresentam similitudes estratégicas relacionadas ao mar, com destaque para o recente e crescente interesse marítimo, o que confere uma identidade estratégica. Nesse sentido, a Estratégia Naval da China tem

³ *White Papers* é a designação em inglês para Livro Branco, pin yin *Zhōngguó de báipíshū*. A tradução do mandarim para o inglês é a oferecida pelo próprio Governo da China em seu sítio da Internet: < <http://www.china.org.cn/government/whitepaper> >

significado especial para a Estratégia Naval do Brasil que também vem passando por um novo período de transformações, buscando adequação à estatura econômica e política do Brasil.

Desta forma, pode-se empregar a Estratégia Naval da China como objeto de estudo, sua evolução e suas opções de caminhos para reafirmar sua posição no cenário internacional, para extrair boas ideias para a Estratégia Naval do Brasil. O objetivo é selecionar opções da Estratégia Naval da China que sejam de interesse para a Estratégia Naval do Brasil e que possam contribuir para o seu aprimoramento.

Assim, justifica-se este trabalho de pesquisa para tomar como ponto de partida a Estratégia Naval da China, analisá-la e selecionar o que pode ser aplicável ou não à Estratégia Naval do Brasil, as boas ideias que podem ser adaptadas ou que reforcem o caminho que já está sendo trilhado pela Marinha do Brasil (MB). Quais são as escolhas contidas na Estratégia Naval da China que podem ser úteis ou de interesse para a Estratégia Naval do Brasil?

Após esta apresentação introdutória, seguir-se á o capítulo 2 para estabelecer as bases teóricas que sustentam as ideias, descrevendo os conceitos necessários sobre estratégia; Relações Internacionais; a Geopolítica do Atlântico Sul; a China e sua inserção geopolítica, com as suas demandas territoriais pendentes; e uma visão da relação do BRICS e a Ordem Internacional Vigente. O capítulo 3 identificará os fatos históricos que facilitem o entendimento da evolução do pensamento estratégico naval do Brasil e da China, a partir de um breve resumo histórico naval de cada um desses países.

O capítulo 4 mostrará as respectivas Estratégias Navais da China e do Brasil, em andamento na atualidade, ostensivamente disponíveis para consulta, descrevendo suas políticas nacionais. A partir dessas informações serão extraídos aspectos relevantes da Estratégia Naval da China para análise. O capítulo 5 selecionará lições de interesse para a Estratégia Naval do Brasil e as analisará. Para finalizar, o capítulo 6 estabelecerá a conclusão.

2) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma vez que o trabalho tentará identificar lições a respeito da Estratégia Naval da China em proveito da Estratégia Naval do Brasil é importante esclarecer o que é estratégia e o que é estratégia naval.

O mundo dos negócios importou uma série de ideias e conceitos do universo militar para o seu próprio, uma vez que é um ambiente altamente competitivo. Conceitos de liderança, logística e estratégia são empregados indiscriminadamente por administradores em suas confortáveis salas. Esse fenômeno permitiu a proliferação desses conceitos no meio acadêmico, extrapolando a esfera militar. Como consequência uma variedade de definições de estratégia inundou a literatura.

Em virtude dessa variedade de conceitos de estratégia, para fins do entendimento deste trabalho utiliza-se a definição de estratégia elaborada pela turma de 2013 do Curso de Política e Estratégia Marítima, da Escola de Guerra Naval no Rio de Janeiro, sob a orientação do Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-FN) Kilian, instrutor da disciplina, e em consonância com o entendimento da Escola: “Estratégia é o conjunto de processos integrados para definição dos meios e das formas de atingir objetivos em um futuro, considerando as necessárias alterações, de acordo com as mudanças do cenário”. Em suma, é o caminho planejado, sob um ambiente em permanente mudança e incertezas, para se atingir um futuro desejado.

Partindo-se do conceito de estratégia apresentado e do entendimento de que Poder Naval é a expressão militar do Poder Marítimo, é possível definir estratégia naval por meio de um processo dedutivo. Assim, no âmbito deste trabalho, chega-se à seguinte definição de estratégia naval: “o planejamento do caminho que se deve trilhar, sob um ambiente em permanente mudança e incertezas, para se atingir o Poder Naval desejado em uma moldura temporal futura”.

A estratégia deve estar consoante com as orientações do nível político, que é quem coordena todos os esforços do Estado, isto é, os diversos componentes do Poder Nacional, economia, política, psicossocial, militar, ciência e tecnologia. Para tal a Estratégia Naval deve estar em consonância com os diversos documentos condicionantes.

Para o estudo deste trabalho, os documentos condicionantes relevantes serão aqueles emanados do nível político que orientam o desenvolvimento da estratégia, quais sejam: a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) para o Brasil; e o Livro Branco do Governo da China (LBGC).

2.1 – Teorias das Relações Internacionais

O presente estudo busca entender como a China e o Brasil vêm agindo estrategicamente para sua afirmação no Sistema Internacional, isto é, buscando atingir seus interesses. Assim, é muito importante o conhecimento de alguns conceitos de Relações Internacionais sobre os quais o estudo está alicerçado.

Segundo o professor Williams Gonçalves (2008), são três as principais correntes teóricas das Relações Internacionais: Liberalismo, Realismo e Racionalismo.

Gonçalves (2008) apresenta as origens do liberalismo no pensamento iluminista do século XVIII, suas fontes mais importantes são John Locke, autor de “Segundo Tratado Sobre o Governo Civil” – 1690; Adam Smith, autor de “A Riqueza das Nações”- 1776; e Immanuel Kant, autor de “Paz Perpétua” – 1796. Gonçalves (2008) declara que o liberalismo não constitui um sistema filosófico orgânico e coerente, podendo ser entendido como um conjunto de ideias sobre a economia, a política e a sociedade transformando o indivíduo no elemento central da teoria, visualizando o ser humano de forma positiva, capaz de evoluir e valorizar a cooperação mais do que o conflito.

O realismo é considerado a mais antiga teoria das Relações Internacionais, segundo Gonçalves (2008) os pensadores realistas remetem-se a Tucídides e seus textos analíticos sobre a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), o confronto surgido pela percepção de Esparta de um desequilíbrio de poder perante Atenas, dentro do “mundo helênico”. O pensamento realista segue com outros teóricos: Nicolau Maquiavel (1469-1527), Thomas Hobbes (1588-1679), Carl Von Clausewitz (1780-1831) e Max Weber (1864-1920).

O realismo contemporâneo está calcado nas bases teóricas de Thomas Hobbes, nos relata Gonçalves (2008). Os Estados vivem em um estado de natureza, coexistem e se relacionam, mas não formam uma sociedade. Pode-se considerar que os Estados relacionam-se em ambiente de anarquia, uma vez que não existe um poder superior a eles, cada um desses entes busca maximizar seu próprio poder para intimidar os mais fracos, enquanto busca não ser intimidado pelos mais fortes.

O racionalismo é uma teoria das Relações Internacionais que se posiciona entre o liberalismo e o realismo, conforme resume Gonçalves (2008), que destaca que o racionalismo possui um vínculo forte com o meio acadêmico inglês e por essa razão também é conhecido como realismo inglês. Essa teoria possui suas bases no pensamento do inglês Martin Wight que afirmou que as Relações Internacionais estão baseadas nas ideias em debate entre as maiores tradições do pensamento ocidental: o realismo de Maquiavel, o racionalismo de Hugo Grotius e o revolucionismo de Immanuel Kant. Gonçalves (2008) destaca que o principal autor do racionalismo foi Hedley Bull, aluno de Martin Wight. Hedley Bull foi quem formulou uma teoria inspirada na filosofia de Hugo Grotius.

O holandês Hugo Grotius, segundo Gonçalves (2008), promoveu a transformação do direito natural da Idade Média em direito internacional, por meio de sua obra *De juri belle et paces* (1615), quando argumentou a respeito da possibilidade do enquadramento jurídico da guerra. Grotius teorizou que havia uma sociedade internacional europeia assentada na fé cristã

comum e durante as guerras os preceitos cristãos deveriam ser respeitados.

Destaca Gonçalves (2008) que Bull, em sua obra *Anarchical Society*, resgata o conceito de sociedade internacional de Grotius, atualizando-a. Para Bull a sociedade internacional formou-se no século XX, como resultado de um processo iniciado no século XVI, durante as grandes navegações, quando a Europa ocidentalizou o mundo e que, mesmo sob as especificidades nacionais, existe um complexo cultural que integra os povos. Assim, há uma sociedade internacional anárquica que funciona a despeito da inexistência de uma força superior.

Gonçalves (2008) apresenta o racionalismo como a teoria que compartilha com os liberais a tese da existência de múltiplos atores nas Relações Internacionais e está em sintonia com os realistas ao considerar os Estados como atores principais, aqueles com as prerrogativas de decidir fazer a guerra.

É com base na teoria racionalista que o trabalho pretende considerar a necessidade de um Estado construir seus instrumentos para garantir suas posições e interesses na sociedade internacional. O racionalismo permite considerar um Estado inserindo-se no Concerto das Nações por meio de ações cooperativas, sem perder de vista a possibilidade dos Estados decidirem ir à guerra.

Nesse sentido é também importante o entendimento sobre Sistema Internacional e Ordem Internacional, conceitos complexos que podem ser assim simplificados: o primeiro entendido como um sistema no qual os Estados estão inseridos; o segundo, como um conjunto de regras para o ordenamento do sistema e a manutenção do seu equilíbrio.

Aron (2002) define Sistema Internacional como o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de força. Gonçalves

(2008) considera Raymond Aron um teórico realista da visão francesa e crítico de Morgenthau⁴; contudo, essa definição é perfeitamente aceita no racionalismo, já que ambos consideram o Estado como ator principal desse sistema.

Quanto à definição de Ordem Internacional, este trabalho considera a do Dicionário de Relações Internacionais (2008): conjunto de normas, regras e instituições através das quais se procura atingir a estabilidade internacional, o equilíbrio entre as potências e a segurança do sistema internacional.

Outra definição importante para o trabalho é o multilateralismo. Segundo o Dicionário de Relações Internacionais (2005), multilateralismo é o sistema de coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com determinados princípios de conduta, e com objetivos definidos. É reconhecer que problemas em escala mundial, como crises ambientais e terrorismo, entre outros, não podem ser tratados de forma individual por cada um dos Estados, o que exige esforços e políticas coordenados, desenvolvidos de forma coletiva por vários Estados. Assim, pode-se deduzir que a participação de vários Estados em um processo decisório para solução de problemas em escala global é uma forma de minimizar a imposição de soluções que atendam a um Estado ou um grupo pequeno de Estados que reúnam poder com intenção de impor seus interesses.

Municiado com o conhecimento de relações internacionais, será possível analisar a inserção do Brasil e da China no cenário global e estabelecer ideias coerentes sobre suas participações no Sistema Internacional.

Apresentar por que é importante para o Brasil entender a dinâmica das relações internacionais sob a ótica da teoria racionalista, já que o cartão de apresentação do Brasil segue na direção do desenvolvimento cooperativo e multilateral; contudo, não se pode deixar de lado o entendimento de que as relações de poder continuam presentes no sistema e

⁴ Hans Morgenthau (1904-1980) é um dos grandes autores da teoria Realista das Relações Internacionais.

deliberando sobre a ordem internacional vigente.

Identificar como a China esta se preparando para atuar no Sistema Internacional em nível global, o chamado *Global Player*, e a Estratégia Naval como instrumento dessa meta.

Para tal, será apresentada a seguir a inserção geopolítica do Brasil e da China.

2.2 – A geopolítica do Atlântico Sul

Nesta seção do trabalho pretende-se apresentar a importância da geopolítica do Atlântico Sul para o processo de desenvolvimento da Estratégia Naval do Brasil. Nesse sentido, destacam-se que as palavras geopolítica e geoestratégia tem sido empregadas de forma indiscriminada; assim, para o entendimento deste trabalho esses vocábulos serão utilizados conforme a definição do General Golbery do Couto e Silva (1967): geopolítica é a ciência multidisciplinar que relaciona os diversos aspectos do Poder Nacional (político, psicossocial, econômico e militar); e geoestratégia é a capacidade de desenvolver a Estratégia Geral consistente para o Estado, a partir da compreensão da geopolítica. O General Golbery do Couto e Silva pode ser considerado um dos mais importantes estudiosos contemporâneos de geopolítica do Brasil.

Segundo o Gen. Golbery (1967), geoestratégia e geopolítica permitem estabelecer uma fundamentação geográfica da Política e Estratégia nacionais, capazes de propor diretrizes gerais. Braga (2005) apresentou uma visão do pensamento estratégico brasileiro como disperso e carente de uma orientação e concentração de esforços em uma direção comum.

Ainda segundo Braga (2005), o Brasil acordou para seus interesses e responsabilidades estratégicas e vem promovendo um multilateralismo baseado na cooperação

e respeito entre os Estados, necessários ao atual sistema internacional. Cita ainda o Gen. Golbery que possuía essa compreensão geopolítica e propunha, nas décadas de 1960 e 1970, uma geoestratégia brasileira de afirmação exterior, uma vez que o Brasil podia ser considerado um país territorialmente satisfeito.

Para iniciar a análise geopolítica do Brasil, ressalta-se a inserção geográfica do país na América do Sul, sob a visão de Therezinha de Castro (1997). O Brasil ocupa 47,3% do espaço territorial sul-americano, projetando sua larga porção oriental no Atlântico Sul. Afirma que 18% da extensão territorial brasileira são formados pela faixa de 250 quilômetros que acompanha o litoral, 42% se encontram entre os 250 quilômetros e mil quilômetros da orla litorânea. Os 40% restantes estão além dos mil quilômetros. Essas porcentagens permitem concluir que o Brasil possui uma vocação marítima.

Mas Therezinha de Castro (1997) também destaca a vertente continental brasileira, caracterizando-a como múltiplo vetor. O Brasil recebe de uma forma geral, o empuxo das forças continentais por meio da relação com os Andes, bem como com as duas grandes bacias fluviais tributárias do Atlântico e viários eixos de penetração no *hinterland*⁵ - a Amazônica e a Platina. Essa descrição pode ser visualizada no apêndice “A” deste trabalho.

Therezinha de Castro (1997) prossegue destacando o Planalto Central ou Brasileiro, uma espécie de triângulo com base voltada para o norte e o vértice apontando para o sul, declinando nas duas áreas bem como para o interior. Dessa forma, o Planalto Central pode ser caracterizado por encontrar-se afastado do litoral, integrando o litoral com interior.

Essa visão de Therezinha de Castro (1997) apresenta um Brasil continental integrado com seus vizinhos, mas que está submetido a forças que o projetam para o mar, o Oceano Atlântico ao sul do Equador.

Essa constatação geopolítica quanto à importância do Atlântico Sul para o Brasil,

⁵ *Hinterland* – expressão empregada por Therezinha de Castro em “América do Sul: vocação geopolítica”, aplicada com o sentido de “interior”.

somente foi formalizada recentemente, quando o Brasil formulou orientações político-estratégicas e as formalizou em documentos transparentes para a sociedade: Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Esses documentos apresentam o Atlântico Sul no foco estratégico, incluindo os países da África, lindeiros ao Atlântico e Moçambique que, apesar de não estar no Atlântico, possui laços pela língua portuguesa.

A Professora Therezinha de Castro (1999 b) escreveu uma das melhores análises geopolíticas a respeito do Atlântico Sul. Segundo a professora, a geopolítica internacional após a II Guerra Mundial podia ser analisada empregando-se Eixos Hemisféricos referenciais de relacionamento e influência: Norte-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul, Leste-Oeste, etc. Basicamente, entende-se “Norte” como sendo representado pelos países desenvolvidos ou ricos e, como Sul os países pobres. Essa ideia ainda é válida hoje; contudo, em uma análise mais atualizada, deve-se ter cuidado em contextualizar adequadamente esses eixos. O confronto entre os interesses de países ricos e pobres ainda existe, mas os eixos não são mais tão bem definidos, suas percepções são mais difusas e complexas. Atualmente há uma maior influência do grupo BRICS no Sistema Internacional, principalmente na esfera econômica, embora a Ordem Internacional ainda esteja sob as regras do Norte. As potências econômicas convencionais do G7 (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) não conseguem mais impor seus interesses como decisões; o peso de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul tem o poder de bloquear a imposição e levar as decisões para um consenso mais amplo, como já demonstrado. Esse posicionamento do BRICS é a manifestação clara do multilateralismo e que é de interesse para o Brasil.

Pode-se afirmar que a África e a América do Sul possuem complementaridades biogeográficas que a cooperação transoceânica pode explorar na pesquisa científica, preservação dos recursos vivos e não-vivos, desenvolvimento de transportes, comunicações e

apoio técnico, conforme descrito por Therezinha de Castro (1995). Nesse sentido, o Brasil possui vantagens estratégicas que o diferenciam das presenças na África de China, Índia e Rússia. O Brasil se apresenta genuinamente como um parceiro na cooperação, uma vez que não depende dos recursos naturais dos países africanos, principalmente energia, não podendo ser classificado como um ator interessado simplesmente em explorar recursos, uma preocupação de Maxi Schoeman (2011).

O Gen. Golbery (1967) acrescenta a relevância geopolítica do Nordeste brasileiro (Saliente Nordeste) por estar projetado geograficamente de forma dominante sobre o estrangulamento entre Natal e Dacar, o que se constitui inegavelmente em uma vantagem estratégica, já que é ponto geográfico fundamental para a garantia da proteção do tráfego marítimo de interesse no Atlântico Sul.

Braga (2005) destacou a ZPCAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, também conhecida pela sigla ZOPACAS) como uma ferramenta geoestratégica para o desenvolvimento regional. A ZPCAS encontrava-se em situação de estagnação, em 2005, dentro de uma frequência quinquenal de reuniões, não havia se quer uma programação de encontros ou estabelecimento de agendas. Atualmente reafirmou-se como instrumento geoestratégico para o desenvolvimento regional do Atlântico Sul, conforme destacou o Itamaraty⁶ ao divulgar a participação do Ministro das Relações Exteriores Antônio Aguiar Patriota na VII reunião Ministerial da ZOPACAS.

De acordo com o Itamaraty⁷, atualmente a ZOPCAS vem operando com prioridade, dentro da Política Externa do Brasil, com realizações de reuniões regulares. A VII Reunião Ministerial da ZOPACAS foi a mais recente e ocorreu entre 14 e 16 de janeiro de

⁶ Informação disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-na-vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-2013-montevideu-14-a-16-de-janeiro-de-2013>>. Acesso em 21 de maio de 2013.

⁷ Sítio da Internet do Itamaraty, disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-na-vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-2013-montevideu-14-a-16-de-janeiro-de-2013>>

2013. A sigla ZOPACAS é, inclusive, citada na Política Nacional de Defesa (PND), um dos documentos condicionantes.

Nesse sentido a ideia da Diplomacia Naval, meios navais em apoio a Política Externa, é reforçada por Therezinha de Castro (1999 a), segundo ela as Operações ATLASUR (exercícios navais de interoperabilidade entre África do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai) e a ZPCAS são importantes ferramentas para a integração do Atlântico Sul.

Pode-se dizer que o Atlântico Sul possui identidade própria e compartilha problemas semelhantes, sendo o Brasil ator principal que vem buscando promover o desenvolvimento regional de forma cooperativa e protegida de interferências e interesses do Norte.

Nesse sentido, não se pode esquecer os enclaves do Norte no Atlântico Sul, as ilhas britânicas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gough, Sanduíche do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul e Falklands; e ainda a Ilha Bouvet, da Noruega. Destaque para as ilhas de Trindade e Martin Vaz, território brasileiro que foi ocupado pelo Reino Unido entre 1890 e 1896, durante o governo do presidente Prudente José de Moraes Barros, tendo sido resolvido diplomaticamente com a intermediação de Portugal.

O Atlântico Sul é um ambiente isento de grandes tensões, o que garante condições favoráveis ao Brasil, uma vez que não é diretamente desafiado no uso de força, como foi no passado. Sob uma visão de política externa baseada na convergência da diplomacia e defesa o Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares (2013) resumiu de forma clara e concisa o sucesso da Política Externa do Brasil como o resultado da combinação de *Soft Power*⁸ e uma estrutura de defesa baseada na dissuasão. Pode-se afirmar que essa abordagem da Política Externa do Brasil é a “versão brasileira” do conceito de *Smart Power* de Joseph Nye (2004).

⁸ *Soft Power* foi assim definido pelo Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares em palestra proferida no Auditório Pedro Calmon em 24 de abril de 2013 aos estagiários do Curso de Superior de Defesa como a capacidade de formar consensos, calcado no discurso legalista e na postura pacífica.

A partir dos conhecimentos expostos até aqui, pode-se refletir sobre a Estratégia Naval do Brasil. A postura pacífica brasileira; a ausência de grandes tensões na região do Atlântico Sul; a proposta de desenvolvimento regional sustentado e cooperativo; e os esforços do Brasil na proteção desse desenvolvimento livre de interferências externas tem sido bem-sucedido até o momento. Esse êxito pode ser atribuído muito mais ao *Soft Power* do que a capacidade dissuasória. Contudo, não se pode negligenciar a possibilidade da ocorrência de choque de interesses na região, isso devido a duas razões principais: o espaço cada vez maior que o Brasil ocupa no cenário internacional; e o crescimento da importância da região como polo de recursos naturais, notadamente energéticos, o petróleo do Golfo do México, Golfo da Guiné e do Pré-Sal, o chamado “Triângulo do Ouro Negro”.

Nesse sentido e, dentro de uma visão racionalista das Relações Internacionais, o Brasil deve prosseguir nesse caminho de desenvolvimento regional cooperativo e pacífico, sem deixar de lado ações preparatórias para enfrentar possíveis turbulências futuras. Para tal é importante que não se perca a oportunidade que está configurada favorável ao Brasil: ausência de ameaça direta; economia estável; a existência de orientações políticas claras para a sociedade, o que permite o alinhamento das estratégias decorrentes, dentre elas a Estratégia Naval.

2.3 – A China e sua inserção geopolítica

A China está localizada na Ásia, ocupando vasta área de território continental limitada pela cadeia do Himalaia a Sudoeste e o deserto de Gobi ao Norte.

No continente, a China possui fronteiras ao norte com a Rússia e Mongólia; a Oeste com Casaquistão, Tadjiquistão, Quirguízia e Paquistão; ao Sul, com a Índia, Nepal,

Butão, Mianmar, Laos e Vietnã; a Nordeste, com a Coreia do Norte; e a Leste, com o Pacífico.

Geograficamente, uma interpretação possível é entender a China inserida na Ásia de forma semelhante ao Brasil inserido na América do Sul. A China está integrada ao continente Asiático, mas também encontra o Himalaia como obstáculo natural. Possui ainda acesso ao seu *Hinterland* facilitado pelos rios Azul (*Yang Zi Jiang* - 扬子江) e Amarelo (*Huáng Hé* - 黄河). Essa descrição pode ser visualizada no apêndice “A” deste trabalho.

Atenção especial deve ser atribuída para a relação entre China, Índia e Rússia, potências do BRIC conectadas fisicamente por fronteiras políticas por meio da China; a busca pelo equilíbrio é fundamental entre eles.

É natural que a China busque projeção no Pacífico e para tal se fortaleça como Potência Naval. Segundo Eric Grove (2005), o desenvolvimento econômico da China exigiu o seu desenvolvimento naval e forneceu a base para tal. A busca por recursos energéticos e a garantia de suas Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) são fundamentais para garantir o crescimento econômico. Para Grove (2005), China e Índia são as duas grandes potências navais da Ásia-Pacífico, ainda muito atrás dos EUA.

Uma visão indiana da projeção naval da China é apresentada por Kumar (2009); segundo o Oficial da Marinha da Índia, as principais preocupações estratégicas da China estão relacionadas à economia, como não poderia deixar de ser. A economia é a maior força da China e também sua maior vulnerabilidade.

Para Kumar (2009) a política econômica da China depende do sucesso de sua política energética, vital para garantir o seu crescimento econômico; assim, a China tem que confiar nas crescentes fontes externas de energia e matérias-primas.

Um consenso acadêmico na área de estratégia é que as LCM são muito

importantes para a economia chinesa⁹, uma vez que é a via marítima por onde transita o maior fluxo comercial. Stein (2011) afirmou que diversas estimativas indicam que cerca de 95% do comércio internacional são transportados em navios, sendo a maioria destes transportes realizada por navios que operam sob o regime de bandeira de conveniência.

A China concentra seus interesses no transporte marítimo de petróleo pelo Oceano Índico; segundo Kumar (2009) os interesses no Índico estão baseados em três estratégias de segurança energética:

- Estratégia centrada na diversificação de rotas de importação de energia, por meio do desenvolvimento de oleodutos transnacionais que cruzam o Paquistão e a Birmânia;
- Estratégia que considera o emprego da força militar da Marinha do Exército Popular de Libertação (MEPL), em uma operação de emprego de força militar capaz de proteger o sistema de fornecimento de energia para a China pelas LCM no Oceano Índico; e
- Estratégia de consolidação da presença ao longo das rotas de fornecimento energético, que a China chamou de “cordão de pérolas” ou “colar de pérolas”¹⁰.

O “colar de pérolas” é, na verdade, um movimento da China em obter bases para operação da MEPL na garantia das suas LCM. Essas bases são estabelecidas por meio de acordos com os países em que elas se localizam, arrendamentos ou acordos de construção de infraestrutura portuária e contrapartidas de uso de bases pela China. Destacam-se as seguintes localidades: Gwandar no Paquistão; Hanbantota no Sri Lanka; Chittagong em Bangladesh; e Sittwe em Mianmar.

A Índia acompanha a presença chinesa no Índico com preocupação, afinal esse

⁹ Dentre os 10 maiores portos marítimos de comércio internacional, 7 são chineses. Fonte: manutenção & Suprimentos, disponível em: <<http://www.manutencaoesuprimentos.com.br/conteudo/5120-os-10-maiores-portos-do-mundo-em-2011/>>. Acesso em: 17MAI2013.

¹⁰ “colar de pérolas”: uma série de bases, instalações comerciais e portos situados no arco superior do Índico e concebidos para melhorar o controle das águas da região e a proteção do comércio.

oceano é de emprego direto da Índia.

Segundo o Livro Branco do Governo da China (LBGC), o propósito da China é o desenvolvimento pacífico e cooperativo na região da Ásia-Pacífico. Não obstante, a China prepara-se para enfrentar obstáculos no cenário regional da Ásia-Pacífico, identificando os EUA como rival naval na região. Não se deve esquecer a presença dos EUA na Ásia-Pacífico, com bases militares e fortes alianças com o Japão, Coreia do Sul e Taiwan; este último talvez, o ponto mais delicado e tenso das relações China-EUA.

Geoffrey Till (2012) destaca que a modernização das marinhas dos países da região Ásia-Pacífico foi retomada nos primeiros anos do século XX. Programas de modernização haviam sido iniciados em 1980, fruto do crescimento econômico e da confiança política, houve uma busca por substituir equipamentos e meios em processo de obsolescência, interrompido pela crise econômica de 1997. Prossegue Geoffrey Till (2012) relacionando as quatro grandes Marinhas da região: EUA, China, Índia e Japão.

2.3.1 – Demandas territoriais pendentes

Pode-se afirmar que as fronteiras políticas da China ainda estão em processo de consolidação.

No continente, China e Índia ainda negociam a região de Ladakh¹¹ no Himalaia. Em outubro de 2008, Rússia e China chegaram a um acordo¹² sobre a disputa por 4.300 km da fronteira leste entre os dois países. Em 2009, os governos do Vietnã e da China acordaram

¹¹ Conforme divulgado pelo portal SIC notícias de Portugal em maio de 2013, disponível em <<http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2013/04/27/ndia-diz-que-tensao-fronteirica-com-a-china-pode-ser-resolvida>>. Acesso em 10MAI2013.

¹² Conforme divulgado pelo ESTADÃO online em outubro de 2008, disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,russia-devolve-territorios-para-a-china-apos-decadas-de-disputa,259449,0.htm>>. Acesso em 10MAI2013.

o traçado final dos 1.350 km de fronteira¹³ que compartilham, após nove anos de negociações.

As pendências insulares são mais críticas, dentre elas destacam-se três como as mais importantes: Ilhas Diaoyu Dao (ou Diaoyu Tai); Ilhas Spratly; e o caso mais emblemático: Taiwan.

Segundo o LBGC, as Ilhas Diaoyu Dao foram descobertas e nomeadas pelos chineses entre os séculos XIV e XV, sendo que em 1372, no quinto ano de reinado do Imperador Hongwu (Dinastia Ming), o Rei Ryukyu iniciou a pagar impostos à China. Para o governo da China, as ilhas Diaoyu Dao são parte inseparável do seu território, baseado nos registros históricos, geográficos e legais, sendo indiscutível a soberania da China sobre as ilhas Diaoyu Dao.

O LBGC destaca que a pendência com o Japão advém do fato da ocupação japonesa das Ilhas Diaoyu Dao, durante a Guerra Sino-Japonesa de 1895. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Japão, a China entende ter retomado a soberania sobre as ilhas por meio da Declaração do Cairo e da Proclamação de Potsdam, documentos internacionais que regulamentam obrigações do Japão derrotado, dentre elas a devolução de territórios ocupados pelo Japão anteriormente.

O Japão, segundo dados da Embaixada do Japão no Brasil, alega que as Ilhas Senkaku (nome atribuído pelo Japão às Ilhas Diaoyu Dao) não foram incluídas no território que o Japão renunciou sob o Artigo II do Tratado de Paz de São Francisco, que legalmente definiu o território do Japão pós-guerra. Sob este Tratado, as Ilhas Senkaku foram colocadas sob a administração dos Estados Unidos da América como parte das Ilhas Nansei Shoto (em conformidade com o Artigo III).

¹³ Conforme divulgado pelo portal Terra em janeiro de 2009, disponível em <<http://www.pr.terra.com/tecnologia/interna/0,,OI3422133-EI8143,00.html>>. Acesso em 10MAI2013.

Almeida (2007) destaca que essas ilhas estavam desabitadas por muitos anos e que essa disputa somente se reacendeu por conta da descoberta de petróleo na região.

Para a China a atual discussão é uma violação à sua soberania sobre as ilhas Diaoyu Dao. Os chineses atribuem alta prioridade e importância ao assunto integridade territorial, é possível identificar-se nessa política uma manifestação do sentimento do Século da Humilhação Nacional; assim, não medirão esforços para defender a soberania nacional.

Quanto às ilhas Spratly, pode-se dizer que se trata de um caso mais complexo. São 400 pequenas ilhas, recifes e rochedos no Mar do Sul da China. Almeida (2007) apresenta que esse conjunto é reivindicado no todo ou em partes pela China, Malásia Vietnã, Taiwan, Filipinas e Brunei.

Almeida (2007) apresenta registros de ocupação das Ilhas Spratly. Taiwan chegou às ilhas entre 1956 e 1970 e manteve uma guarnição em Taiping até 1983 e instalou uma comunidade de pescadores. Embora ocupe uma ilha apenas, Taiwan reivindica todo o conjunto. As Filipinas iniciaram a ocupação em 1976, já em 1979 possuíam guarnições em sete ilhas. Para o Vietnã a ocupação iniciou-se em 1974, com a ocupação pelo Vietnã do Sul e a reivindicação do arquipélago. Em 1983 a Malásia reivindicou a Ilha Amboyna Cay (mais ao norte).

Almeida (2007) destaca que a China chegou às ilhas Spratly em 1988, quando ocupou seis ilhas controladas pelo Vietnã. A China reivindicou formalmente, em 1992, o arquipélago e todos os recursos submarinos nas áreas adjacentes ao Mar do Sul da China.

O caso Taiwan, Formosa para os portugueses, é o mais emblemático. Para Almeida (2007) é o motivador principal do processo de modernização das Forças Armadas da China. Tudo indica que não há quaisquer dúvidas de que o território é da China, mas ainda segue o assunto sob um processo de integração.

Analisando o caso sob aspectos históricos pode-se entender que a estratégia dos

EUA no Pacífico exige a manutenção do apoio ao estatuto de Taiwan e a garantia da independência do governo estabelecido na China continental¹⁴ (República Popular da China-RPC). A gênese do problema está relacionada à Guerra Fria, quando o Guomintang (国民党) de Jiang Jiè Shí¹⁵ foi derrotado por Mao Zedong, no continente, e refugiou-se em Taiwan, declarando-se o governo legítimo da China.

Apoiado pelos EUA, o governo de Taiwan foi, por muitos anos, o governo chinês reconhecido pelo Ocidente, sendo seus representantes na Organização das Nações Unidas (ONU), aqueles que ocupavam o assento do Conselho de Segurança. Essa situação perdurou até 1971, quando a República Popular da China foi admitida da ONU, em 25 de outubro, inclusive com o voto do Brasil. Em 1972, o Presidente Richard Nixon do EUA visitou a RPC iniciando um processo de aproximação política e econômica.

Ora, fruto dessa aproximação de Nixon com a RPC, o problema começou a assumir contornos aceitáveis à visão da RPC, isto é, Taiwan poderia ser considerada uma província rebelde. Atualmente prossegue um processo pacífico para integração de Taiwan à República Popular da China, as tratativas são conduzidas entre Taiwan e a RPC. Os EUA negam a independência formal de Taiwan, ao mesmo tempo em que mantém o apoio à ilha para permanecer livre de influência da RPC.

Para a RPC, o problema é de caráter interno da China; para Taiwan, o processo de unificação segue sob tratativas entre Estados, como afirmou o presidente taiwanês, Lee Teng-Hui em 1999.

Almeida (2007) destaca que a RPC já manifestou que tomará medidas militares se Taiwan declarar sua independência ou prolongar indefinidamente o processo de unificação.

¹⁴ O presente trabalho emprega a expressão China para designar a República Popular da China, isto é, a China oficialmente reconhecida pelo Brasil. Nesta análise da questão de Taiwan, o autor emprega RPC para deixar clara a diferença entre a China e Taiwan.

¹⁵ Jiang Jiè Shí (蔣介石) é o nome, em pin yin, do líder chinês conhecido como Chiang Kai-shek

2.4 - BRICS e a Ordem Internacional Vigente

Andelinovic (2013) apresenta o economista Jim O'Neill do banco de investimentos *Goldman Sachs Asset Management* como o criador da sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) em 2001 ao publicar seu artigo “*Building Better Global Economics BRICs*”.

Brasil, Rússia, Índia e China são países de vasta área territorial, grandes mercados internos e economias em crescimento. Antes da febre da sigla BRIC, esses países já eram chamados de países-baleia, uma associação às características que garantem o crescimento. Pochmann (2013) descreve que os países-baleia possuem características diferentes dos Tigres Asiáticos, as vedetes do crescimento econômico entre 1970 e 1980.

Para Pochmann (2013) a maior importância das escalas do mercado interno (elevada população em grandes territórios nacionais), acrescida do crescimento do nível de emprego e da retirada de parcelas significativas da população em situação de pobreza indica o reposicionamento desses países na Divisão Internacional do Trabalho.

Por iniciativa própria, esses países vêm se articulando em prol de seus interesses comuns e ampliando suas importâncias no Concerto das Nações. Conforme apresentado por Batista (2012) na diretoria do FMI e no G-20, começou em 2008 a atuação conjunta de Brasil, Rússia, Índia e China, por iniciativa russa. Aparentemente a Rússia e o Brasil perceberam a força que os países do BRIC possuíam como liderança no G-20, durante as discussões do universo econômico do século XXI. Como consequência, foi realizada, em Yekaterinburgo-Rússia, a primeira cúpula dos líderes dos BRIC, no ano de 2009.

Para Amaury Souza (2008) os países-baleia possuem outra característica, a dificuldade em reorientar o curso das ações; por essa razão são obrigados a integrarem-se à

economia global e, por isso, incapazes de influenciar no Sistema Internacional. Para Holbraad (1971), potências médias são países de desenvolvimento industrial recente e rápido, ricos o bastante para atrair a ganância das potências grandes, mas não fortes o suficiente para ocupar seus espaços. Andelinovic (2013) destaca que essas visões dificultam a definição do BRICS como potências médias ou mesmo como países-baleia.

A partir dessa ideia, pode-se deduzir que a identidade mais aceitável é a caracterização ampla: vasta área territorial, grandes mercados internos e economias em crescimento. As características mais detalhadas de Amaury de Souza (2008) e Holbraad (1971) dependem da abordagem, podendo o Brasil ser visto como potência média e a China não mais.

A África do Sul entrou para o grupo em 2011, conforme publicou o Itamaraty em seu sítio da Internet. O ingresso da África do Sul ocorreu durante a Reunião da III Cúpula do BRIC, realizada em Sanya Hainan – China em abril de 2011, o grupo passou então a adotar a sigla BRICS. Maxi Schoeman (2011) preocupava-se com a atuação da África do Sul junto aos BRIC, ele acreditava que a África do Sul não possuía capacidade para projetar-se no cenário global, mas que reunia habilidades necessárias para atuar juntamente com os BRIC na África, contribuindo para que a relação BRIC-África não se tornasse uma nova corrida colonialista.

Entendida a identidade BRICS, pode-se partir para a compreensão do objetivo comum quanto a Ordem Internacional vigente. Segundo Patriota (2012) a Ordem Internacional vigente ainda é mesma estabelecida ao final da Segunda Guerra Mundial em 1945¹⁶, com as potências vencedoras no comando, principalmente aquelas com capacidade nuclear. O mundo já passou por diversas mudanças, a URSS se desfez, o liberalismo perdeu força, outras potências nucleares surgiram e o grupo BRICS possui cada vez mais peso no cenário internacional, tudo isso tendo ocorrido sob as mesmas regras da ordem vigente.

¹⁶ A Ordem Internacional vigente é também conhecida por “ialtiana”, uma vez que teve sua gênese na reunião de Yalta (em russo Ялта) em 1945.

Essas mudanças por si só seriam suficientes para justificar ajustes nos instrumentos da Ordem Internacional; assim, uma breve análise de algumas características importantes do BRICS nesse novo contexto do Sistema Internacional.

A Índia, em 1945 era colônia britânica, hoje é uma democracia e potência nuclear. Rússia e China são, na atualidade, integrantes do Conselho de Segurança da ONU; mas trata-se de uma herança da ordem estabelecida pós-1945. A Rússia herdou o assento da antiga URSS e a China (RPC) herdou o assento anteriormente ocupado por Taiwan (República da China), quando a RPC foi admitida pela ONU em 1971, substituindo a República da China; nesse momento a situação de Taiwan como Estado assumiu uma forma, no mínimo, estranha.

A herança do assento da China (RPC) no Conselho de Segurança das Nações Unidas merece um entendimento geoestratégico dos EUA ao final da Segunda Guerra Mundial. O plano dos EUA era empregar a China de Jiang Jiè Shí (República da China) como seu aliado preferencial, dentro de sua estratégia para Ásia-Pacífico, o que não se configurou, quando Mao Zedong venceu Jiang Jiè Shí e assumiu o controle da China continental. Assim, desde a criação da ONU até 1971, a China no Conselho de Segurança era a República da China (Taiwan, a partir de 1949), somente após a admissão da RPC na ONU, a China no Conselho de Segurança passou a ser a República Popular da China.

Ainda nesse contexto de mudanças, o Brasil deixou de ser um país devedor do sistema financeiro internacional para uma economia forte. A África do Sul deixou de ser discriminada pela comunidade internacional ao superar o *apartheid*¹⁷. Atualmente, Brasil e África do Sul justificam sua projeção internacional pela política e economia.

Cada um dos BRICS chegou à posição de destaque atual seguindo e cumprindo as regras da Ordem Internacional Vigente, sob um discurso de desenvolvimento pacífico e cooperativo.

¹⁷ *Apartheid*: sistema público de discriminação racial praticado na África do Sul.

A China, dentro do BRICS, merece uma análise diferenciada, pois o nível de desenvolvimento do poder econômico, político e militar encontra-se em um patamar bem superior aos demais.

Segundo Lyrio (2010), a China é um exemplo de desenvolvimento civilizacional descaído do poder internacional. Ao longo da história chinesa a superioridade cultural e tecnológica nem sempre se converteu em preponderância militar ou capacidade de exercer poder sobre seus vizinhos. Lyrio (2010) cita ainda Fairbank (2006), para estabelecer o confucionismo com um dos fatores responsáveis por essa fragilidade, pois essa filosofia despreza a força e a classe militar, mais até do que a classe mercantil e a busca por lucro.

Contudo, o confucionismo também foi um dos responsáveis pela longevidade da China como Estado através da história. Lyrio (2010) cita mais uma vez Fairbank (2006) para estabelecer o extraordinário controle do poder político central sobre a vasta e diversificada civilização chinesa; para eles, isso somente foi possível pela ideia confuciana de hierarquia e subordinação.

Os chineses possuem o confucionismo incorporado ao seu pensamento cultural e por isso adaptá-lo e modernizá-lo foi fundamental para o desenvolvimento atual da China e sua projeção internacional. O período de declínio e de interferências externas fez com que os chineses adaptassem o confucionismo, minimizando as suas fragilidades (desprezo pelo uso da força e pelo mercantilismo). Hoje a China está inserida no Sistema Internacional de forma pacífica e cooperativa, mas não deseja mais se sujeitar a interferências externas, desenvolvendo sua forte economia e suas capacidades militares.

Seria uma forma racionalista de confucionismo ou um confucionismo racionalista? Para Blocker (2001) é o que se chama neoconfucionismo. Não parece correto rotular uma cultura milenar, talvez seja melhor, simplesmente entender como uma forma própria da China atualizar o pensamento confuciano tão integrado à sua cultura.

Becard (2008) afirma que Brasil e China possuem fatores comuns em suas respectivas Políticas Externas, quais sejam: busca pelo desenvolvimento, autonomia e segurança nacional. Cada um ao seu tempo, ao longo da segunda metade do século XX, colocou em prática seus projetos de desenvolvimento; planos de afirmação internacional e regional; e mantiveram a política de relações no eixo hemisférico Sul.

Para Cabral Filho (2006) os desafios para o desenvolvimento de Brasil e China, ou de qualquer país em desenvolvimento, são: manter um quadro internacional de estabilidade, para preservar a paz mundial e assegurar a soberania, independência e integridade territorial desses países; produzir condições necessárias para o desenvolvimento sustentável, aumentando o bem-estar social da população mundial. Esses desafios reforçam a importância da estratégia cooperativa para estabelecer uma Ordem Internacional multipolar e não hegemônica.

Vasconcelos (2009) destaca que, para os países do BRICS, a melhor opção para vencer as tendências de polarização do Sistema Internacional é fomentar um bom funcionamento do multilateralismo, uma vez que todo sistema busca equilíbrio e, quando um equilíbrio é perturbado, o problema reside mais na forma pela qual ele será alcançado do que pelo seu restabelecimento em si; o risco de ruptura estará presente no processo.

Pode-se entender então, em concordância com a ideia de Andelinovic (2013), que os países do BRICS desejam reformar a Ordem Internacional, ajustando-a a nova realidade, e não uma mudança de ruptura dessa ordem.

Essa ideia articulada pelo BRICS é uma conclusão prática e adequada ao discurso pacífico e cooperativo, isto é, mudar a Ordem Internacional de forma a permitir a participação desses países nas decisões dos problemas globais, com o peso compatível de suas atuais posições no Sistema Internacional, mas sem que para isso seja necessária a ruptura dessa ordem vigente.

2.5 – Considerações Parciais

Por meio do exposto neste capítulo, o Brasil e a China possuem inserções geográficas semelhantes em cada um dos seus respectivos continentes, ambos possuem integração continental e projetam-se sobre os oceanos adjacentes, caracterizando-se como países de identidade geopolítica continental e marítima simultaneamente.

Quanto ao que se refere à percepção de ameaças, Brasil e China possuem diferenças marcantes. O Brasil tem mantido, por meio da política e diplomacia, sua área de influência estratégica livre de interferências “violentas”, promovendo um ambiente de desenvolvimento pacífico e cooperativo. A China claramente percebe seu entorno muito mais ameaçador, com rivalidades com a Rússia e Índia, mantida em equilíbrio; e a presença dos EUA exercendo poder na Ásia-Pacífico, dentro da área influência estratégica direta da China.

Sob uma visão maniqueísta, a pendência territorial de Taiwan, configura-se em uma situação bem mais ameaçadora para a China, pois é a presença de influência externa (EUA exercendo poder) dentro do seu território.

Em que pese o discurso chinês de desenvolvimento pacífico e cooperativo, a percepção de ameaças e a necessidade de garantir suas LCM, fundamentais para o crescimento econômico, compeliram naturalmente a China a se preparar com força militar, a fim de garantir poder com credibilidade e segurança para o desenvolvimento.

Pode-se considerar que, atualmente, o Brasil encontra-se em situação geopolítica mais confortável que a China. O Brasil não pode perder a oportunidade que essa situação oferece. É importante que se perceba nessa situação confortável, as condições para se preparar para possíveis turbulências. A projeção internacional que o Brasil vivencia hoje poderá, em algum momento, confrontar interesses de outros países. Há o risco do *Soft Power* brasileiro não ser suficiente em algum momento e lançar o Brasil no descrédito, limitado à retórica.

Nesse sentido e, dentro de uma visão racionalista das Relações Internacionais, o Brasil deve prosseguir nesse caminho de desenvolvimento regional cooperativo e pacífico, sem deixar de lado ações preparatórias para enfrentar possíveis turbulências futuras. Uma vez que, para combinar *Soft Power* com uma política de defesa dissuasória, como afirmou o Ministro Baena Soares (2013), há que se ter capacidade dissuasória.

O grupo BRICS articula-se pelo multilateralismo, desenvolvimento pacífico e cooperativo, buscando ajustar a Ordem Internacional Vigente de forma a respeitar o maior peso que o grupo merece nas decisões sobre os problemas globais. Não se deseja uma ruptura violenta para forçar uma nova Ordem Internacional que garanta o equilíbrio do Sistema Internacional.

O BRICS possui poder de influência relevante no Sistema Internacional, o que é de interesse para o Brasil e para a China. Como verificado neste capítulo, no quesito Política Externa, Brasil e China possuem discursos coincidentes.

Em que pese os países do BRICS não desejarem causar rupturas, é fato que as ações individuais ou em bloco desses países, na busca por ajustar a Ordem Internacional, inexoravelmente atingem interesses das potências convencionais, isto é, perturbam o sistema. Assim, estar preparado para suportar pressões é parte do jogo. Quanto maior a projeção internacional, maior a responsabilidade.

A China tem se preparado para que a sua projeção internacional seja consistente, isto é, o poder econômico e a capacidade de influenciar decisões de abrangência global estão sustentados por poder militar crível em pleno processo de modernização e fortalecimento. Para atingir esse estágio de desenvolvimento do poder nacional, a cultura milenar confuciana teve de ser adaptada, superando o desprezo ao uso da força e o mercantilismo, sem deixar de lado a essência dessa cultura, o desenvolvimento pacífico de uma sociedade hierarquizada.

O crescimento pacífico é o mote chinês, mas estar pronto para não sofrer novas

humilhações, sob interferências externas, está também impresso no sentimento coletivo da população. Esse sentimento exige a existência de uma reserva de poder crível, o que está sendo claramente desenvolvido. Nesse sentido, Xiong (2006) destaca o emprego da diplomacia militar chinesa por meio da cooperação com países vizinhos e pelo envolvimento em questões de segurança global.

A China cresce de forma consistente, parece sábio que o Brasil também se prepare para que sua projeção internacional também seja consistente.

Apesar do Brasil ainda não contar com instrumentos de poder compatíveis com sua atual projeção internacional, a competência na aplicação do *Soft Power* credencia o país para prosseguir atuando no tabuleiro desse jogo de interesses do cenário internacional. Essa competência brasileira poderá obter consensos no BRICS e manter o equilíbrio do relacionamento entre China, Índia e Rússia, garantindo a coesão do grupo. Promover o fortalecimento da ZOPACAS poderá assegurar o ambiente pacífico na região do Atlântico Sul.

Outro desafio para o Brasil é a tensão entre China e EUA, uma relação que oscila entre cooperação e antagonismo. Como apresentado neste capítulo, a China vê os EUA como rival na região da Ásia-Pacífico, da mesma forma os EUA entendem a China como uma potência em ascensão que poderá desafiá-los; Geoffrey Till (2012) deixa claro essa preocupação estratégica dos EUA. Não obstante, EUA e China interagem economicamente e possuem interdependências fortes nesse setor.

O Brasil relaciona-se bem com a China e os EUA, assumindo posições independentes sem alinhamentos automáticos com qualquer um desses países. Pode-se identificar claramente outro palco para a aplicação do *Soft Power*; contudo, esse palco de atuação específico parece ser bem mais espinhoso e perigoso, principalmente se considerada a participação no jogo sem poder militar que respalde as próprias posições. China e EUA são

potências em um jogo de transição de poder, há um maior atrito e tensão instável.

Swielande (2012) levanta a Estratégia do Iceberg, na qual ele acredita que os EUA devem identificar os BRICS como um grupo com poder e investir nas parcerias bilaterais para dividir os BRICS. Para ele, o Brasil e a Índia são “fanfarrões” que não estão realmente envolvidos com as posições do grupo, reforçar essas parcerias seria uma forma de dividir o grupo.

Kozloff (2013) destaca a importância que os EUA devem atribuir à África Ocidental, estreitando laços com países lusófonos e usar a relação com o Brasil como credencial de entrada, declara “entre linhas” que a presença chinesa na África pode prejudicar a posição brasileira e que a parceria com os EUA pode fornecer ao Brasil um respaldo de força em oposição à China. Para Kozloff (2013) o Brasil estaria satisfeito com sua posição atual no relacionamento com os EUA e África, destacando inclusive a presença da MB no treinamento das forças militares navais de alguns países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Mas Kozloff (2013) apresenta uma dúvida, para ele Washington não tem como saber se o Brasil aceitará essa parceria em um longo prazo ou se manterá sua política de proteção do oeste da África de influências estratégicas do eixo Norte. Kozloff (2013) apresenta a questão: deveria Washington ser cauteloso a respeito da aliança com o Brasil?

Essas visões de Swielande (2012) e Kozloff (2013) reforçam a ideia do quão complexo e perigoso é o jogo no Sistema Internacional; e a necessidade de possuir respaldo de poder militar para jogar esse jogo, a visão racionalista é a melhor forma de entender isso.

O relacionamento do Brasil com EUA e China está repleto de detalhes importantes que devem ser considerados com o devido cuidado. Com os EUA, o Brasil possui laços antigos e importantes de relacionamento na esfera econômica (EUA ainda é grande parceiro comercial) e também na esfera militar naval (cooperação MB e USNAVY). Com a China, o Brasil está, atualmente, muito ligado por uma parceria estratégica baseada na

economia; de acordo com Pussato (2010) a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, no ano de 2009, com um fluxo de comércio de 36,1 bilhões de dólares. A parceria sino-brasileira possui expressões de cooperação em diversos setores, como destaca Becard (2008): agricultura, medicina e fármacos; educação e cultura. Gonçalves (2010) destaca que, embora não haja consenso no meio acadêmico brasileiro se realmente existe uma parceria estratégica entre Brasil e China; quando se analisa o assunto no eixo científico-tecnológico, a parceria estratégica torna-se melhor definida; segue Gonçalves (2010) afirmando que o Acordo de Cooperação Espacial entre China e Brasil, com o desenvolvimento conjunto de satélites de sensoriamento remoto de recursos terrestres (CBERS- Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), é citado por diversos autores como exemplo de cooperação Sul-Sul.

Outra consideração importante para o Brasil é a percepção cuidadosa quanto à soberania brasileira sobre suas ilhas oceânicas e águas jurisdicionais. Cabral Filho (2013)¹⁸ alerta que a China ainda vive um problema de consolidação de soberania no caso Taiwan e à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, tratados e acordos em vigor, parece não haver razão, exceto pelos interesses políticos reminiscentes da ordem pós-1945, para justificar o prolongamento das negociações no caso Taiwan para os chineses. O Brasil deve estar atento à sua Amazônia Azul e ao Atlântico Sul, afinal Trindade já foi fonte de disputa por soberania entre Brasil e o Reino Unido, em passado não muito distante. Não há garantias de que questões semelhantes não possam se repetir.

Para o Brasil, aplicar o *Soft Power* é a atual opção, talvez a única disponível para participar do jogo internacional. É vital manter o foco nos próprios interesses e estar minimamente preparado para garanti-los ao enfrentar inevitáveis situações de confronto.

¹⁸ Ideia de abordagem analítica sobre o Atlântico Sul apresentada por Severino Bezerra Cabral Filho. Cabral Filho fez parte do corpo docente da Escola Superior de Guerra e é Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos da China e Ásia-Pacífico (IBECAP). Informações tramitadas por mensagem recebida pelo endereço eletrônico < driopes@yahoo.com> em 24 jun 2013.

3) FATOS HISTÓRICOS RELEVANTES

Para um melhor entendimento da visão naval de China e Brasil é importante que se identifique alguns elementos das respectivas histórias para contextualizar as dinâmicas culturais e estruturais, embasando como cada um desses países chegou até esse momento da história e como se imagina que seguirão para o futuro.

3.1 – A China

A partir do relato de Bernard D. Cole (2010) pode-se destacar fatos da gênese do conhecimento naval chinês e seu apogeu. Os registros de ações navais na China remontam ao ano de 549 a.C. no reino de China. Durante a Dinastia Han (206 a.C – 220 d.C) operações navais em larga escala foram realizadas.

Cole (2010) cita que os chineses foram uma das primeiras civilizações a desenvolver conhecimento naval inovador e processos produtivos, com destaque para: emprego de leme para controlar a navegação dos seus navios; construção de navios compartimentados; emprego de tintas nas obras vivas para inibir o apodrecimento da madeira; construção de docas secas; e emprego de agulhas magnéticas portáteis. O mar era via de comércio para o sul e oeste da Ásia, durante a Dinastia Tang (907 d.C) já possuíam rotas regulares para o oeste da África, afirma Cole (2010).

Ainda segundo Cole (2010), o período de maior desenvolvimento naval da China Imperial ocorreu na Dinastia Song (960-1279 d.C). Neste período, a China dispunha da mais poderosa e sofisticada marinha do mundo. O exército organizou esquadras com centenas de navios de guerra e apoio, em 1274 d.C possuíam um total de 13.500 navios. Considera ainda

que uma das maiores contribuições da Dinastia Song foi o estabelecimento de um serviço permanente e independente de funções navais administrado por uma agência central do governo, uma tradução para o nome dessa agência pode ser “Escritório para o Controle e Organização das Áreas Costeiras do Comissário Imperial”, criada em 1132.

Com a Dinastia Ming (1368-1644), a China voltou-se para o interior, sofrendo uma estagnação naval, o que formou as condições para o início do declínio do poder marítimo. Andrew R. Wilson (2009) apresenta que, por decisão do governo imperial central, a política naval mudou de transoceânica para costeira e vias interiores. A segurança marítima permaneceu uma prioridade costeira, com os Mandarins¹⁹ mantendo navios para ações de contra pirataria e defesa da costa. Apesar disso, foram capazes de manter o potencial do poder marítimo, salvaguardando o conhecimento da tecnologia naval, marinharia e navegação.

Sob a Dinastia Qing (1644-1895), a visão naval prosseguiu baseada na navegação por canais, rios e águas costeiras, Bruce A. Elleman (2009) afirma que essa postura não oceânica favoreceu a interferência britânica e de outras potências navais na China.

Com a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) a China é derrotada; essa derrota é considerada um marco histórico para a sociedade chinesa, pois é considerada a entrada da China no chamado Século da Humilhação Nacional, ainda durante a Dinastia Qing. O sentimento de humilhação nesse período sob a interferência massiva das potências ocidentais e do Japão, influenciou profundamente a China; esse traço social chinês está ampliado no apêndice “B” deste trabalho.

Elleman (2009) afirma que a China poderia ter efetuado reformas no seu Poder Naval, aproveitando o período de retração ocidental, após a assinatura do Tratado de Nanjing; contudo, não tomou as medidas reformadoras de modernização necessárias, somente após a derrota na Segunda Guerra do Ópio (1856-1860) houve a decisão por reformas, mas as

¹⁹ Mandarim é uma designação (título funcional) atribuída aos altos funcionários públicos do Império

medidas foram pequenas e tardias, o Japão já havia obtido sucesso com as Reformas Meiji e impôs derrota à Esquadra Beiyang da China, tomando territórios, incluindo Taiwan, e assumiu a hegemonia naval da Ásia.

A partir da Segunda Guerra do Ópio a China passa a sofrer interferências das potências ocidentais e dos japoneses; além de revoltas internas fruto do sentimento de humilhação da população e incapacidade do governo Imperial em reagir às interferências estrangeiras. Em 1911 chega ao fim o período Imperial da China e iniciam-se processos de reorganização em 1912, por meio do Partido Nacional do Povo (Guomintang), sendo Sūn Yìxiān (孫逸仙 - comumente traduzido por Sun Yat-Sem) o seu principal teórico e líder.

Em 1949, Jiang Jiè Shí, líder do Partido do Guomintang e da China durante a Segunda Guerra Mundial, foi derrotado por Mao Zedong e seu Exército Popular de Libertação (EPL), conforme relatou Bernard D. Cole (2009). Ainda segundo Bernard D. Cole (2009), Jiang Jiè Shí refugiou-se em Taiwan e estabeleceu lá um governo paralelo, com uma Marinha organizada. Essa Marinha da República da China, em Taiwan, foi capaz de parar a China Popular (continental), através da fronteira marítima. Por essa razão o governo continental de Mao Zedong percebeu a necessidade de organizar uma força naval para a República Popular da China capaz de defender a independência, integridade territorial e a soberania da República Popular da China.

Em primeiro de maio de 1949 foi criada a Força Naval do Exército Popular de Libertação, mais uma vez, a China organizou sua força naval a partir do exército, conforme relato de Bernard D. Cole (2009). Uma boa tradução para o português da Força Naval do Exército Popular de Libertação da República Popular da China é a empregada por Almeida (2007): Marinha do Exército Popular de Libertação (MEPL²⁰).

²⁰ Marinha do Exército Popular de Libertação (MEPL): na literatura de língua inglesa é encontrada sob a denominação de *People Liberation Army - Navy (PLA-N)*.

Segundo Bernard D. Cole (2009), para que a MEPL pudesse cumprir a missão estabelecida, o planejamento naval focou no desenvolvimento de capacidades costeiras, fluviais e apoio ao Exército para a captura das ilhas litorâneas ainda sob controle do Guomintang e retomar Taiwan. O grande líder naval desse período foi Zhang Aiping²¹, produto da revolução e de formação continental, transformou-se em líder naval.

A MEPL, até 1959, seguiu consolidando o controle das águas costeiras com o foco em Taiwan e ilhas litorâneas, mas as tensões com Moscou se acirraram, principalmente pelo desejo de Mao Zedong no desenvolvimento de capacidade própria de deterrência nuclear, como destaca Bernard D. Cole (2009). Em 1959 há o afastamento entre China e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com impactos diretos nos projetos militares da China que eram apoiados pela URSS.

Bernard D. Cole (2009) afirma que a partir da década de 1960, a China iniciou o deslocamento do pensamento estratégico para além do litoral (*seagoing*). Já na década de 1980 o poder marítimo da China tornou-se o mais importante instrumento da Estratégia de Segurança Nacional, destaca Cole (2009) que Deng Xiaoping promoveu um desenvolvimento racional de modernização da MEPL, apoiado no crescimento econômico e o revigoramento do complexo da indústria de defesa. Passa a MEPL ser pensada como um instrumento maior do que simplesmente algo para apoiar as forças terrestres.

Nesse momento da evolução do pensamento estratégico naval da China, pode-se notar uma clara conexão de crescimento econômico e desenvolvimento da indústria de defesa como suporte do desenvolvimento naval. A China redescobriu a MEPL como instrumento necessário para estratégia nacional e identificou que para tal, devia desenvolver uma indústria de defesa própria.

Andrew S. Erickson e Lyle J. Goldstein (2009) destacam a diferença entre as

²¹ Zhang Aiping foi promovido a General em 1955, o pin ying do posto de “General” é *Shang Jiang* - (上将)

principais correntes do pensamento estratégico da China: os continentalistas que acreditam que o poder terrestre permitira o desenvolvimento pacífico da China, minimizando confrontos com outras potências; os Marítimos destacam que o poder naval é fundamental para o desenvolvimento e entendem o Século da Humilhação Nacional como o maior motivador, uma vez que a humilhação ocorreu por não estarem preparados para enfrentar as potências no mar; e os que advogam a vocação Continental e Marítima da China, Erickson e Goldstein (2009) citam o professor Li Yihu da Universidade de Pequim, acadêmico que forneceu a base dessa corrente estratégica. Para Li Yihu a geopolítica é a entidade que relativiza o mar e o continente, possuindo a China uma dupla identidade, a continental e a marítima, o que permite a China independência e flexibilidade geoestratégica.

Atualmente pode-se afirmar que a China está claramente consolidando uma transição de uma potência continental para uma potência continental e naval. Parece que a corrente de Li Yihu prevaleceu.

3.1.1 – Os Submarinos Nucleares chineses

Um destaque especial deve ser atribuído à formação da Força de Submarinos da MEPL. Godwin (2007) destaca que a China trabalhou doutrinariamente buscando constituir uma força de submarinos nucleares para defesa estratégica costeira. Esse conceito baseou-se na mesma estratégia que Mao Zedong empregou para vencer o Guomintang em 1949, vencer estrategicamente um oponente superior tecnologicamente.

Cappellano-Sarver (2007) apresenta a odisséia chinesa para o desenvolvimento dos submarinos nucleares. Cappellano-Sarver (2007) destaca que Mao Zedong impôs o desenvolvimento de uma indústria nuclear própria para a China, a partir de 1955. Já em 1958 inicia-se o programa nuclear naval, criando uma indústria nuclear civil muito relacionada ao

programa militar.

A indústria nuclear civil chinesa captou influências dos EUA, França, Alemanha e Rússia, relata Cappellano-Sarver (2007). Uma curiosidade é a participação dos EUA; por razões estratégicas óbvias, o governo daquela potência não autorizou que houvesse transferência de tecnologia para a China nos contratos de negócios entre empresas estadunidenses e chinesas, mas isso não impediu que as empresas dos EUA realizassem transferência de tecnologia para os chineses de forma legal, os negócios falaram mais alto.

A Rússia foi, sem dúvida, o maior contribuinte para a capacitação chinesa, como afirmou Cappellano-Sarver (2007) o primeiro reator foi provido pela URSS em 1955 com treinamento de engenheiros.

Cappellano-Sarver (2007) destaca que é um erro subestimar a capacidade da China, sua primeira tentativa de construção de um submarino nuclear, o Tipo 091, não foi realmente um sucesso, mas se considerada as condições em que isso foi realizado, mostra a comprometimento com as metas estabelecidas, afinal ele foi concluído.

O desenvolvimento do submarino chinês Tipo 093 foi iniciado em 1980, Cappellano-Sarver (2007) destaca que muito se especulou sobre essa classe de navio ser similar à classe Victor III russa, em virtude do emprego de duas Plantas, além de outras tecnologias russas. De qualquer forma o navio foi construído pelos chineses e com a sofisticação exigida.

É claro que a absorção do conhecimento somente foi possível pela capacidade desenvolvida internamente pela China. A visão de Mao Zedong em estabelecer uma estrutura industrial capaz, previamente, foi decisiva no processo.

Atualmente a China possui capacidade própria para a construção de submarinos nucleares sofisticados. Cappellano-Sarver (2007) afirma que o uso da energia nuclear é vital para economia chinesa, além de reduzir a dependência externa de petróleo.

3.2 – O Brasil

O Brasil, sempre foi muito ligado ao mar, desde o descobrimento quando os portugueses aqui chegaram. À época o mar era a via de comunicações entre as capitanias e entre estas e a metrópole, Portugal.

A MB nasceu com a Independência, como necessidade imposta pelas condições geopolíticas da época, como descreve Vidigal (1985). O processo de Independência exigiu a existência de uma Marinha para vencer a resistência dos portugueses que controlavam grande parte do território, inclusive a Bahia, fortalecidos pela posição estratégica de Salvador e a disponibilidade de meios navais, o que dificultava as forças de D. Pedro I obter o controle do Norte do país e a conquista das regiões ao Sul. A visão de José de Bonifácio prontamente percebeu a necessidade de se criar uma esquadra, instrumento indispensável para garantir a unidade da nação; caso contrário, afirma Vidigal (1985), a fragmentação do território seria o resultado, tal como ocorrera como a América Espanhola.

Assim segue o Poder Naval do Brasil para o seu próximo desafio, a Guerra Cisplatina (1825-1828). Vidigal (1985) escreveu que o Governo Imperial percebia a séria ameaça à segurança do Estado brasileiro que o movimento pela reconstituição do antigo Vice-Reinado do Prata (hoje representado por Argentina, Paraguai e Uruguai) promovido pela Argentina.

A partir de 1830, o desafio foi a influência britânica contra o tráfico de escravos, “considerado” ilícito pela Inglaterra, vivia-se a Política das Canhoneiras imposta pela Inglaterra. Vidigal (1985) afirma que a Marinha do Brasil assume então a tarefa de combater o tráfico de escravos, chegando a manter, por muitos anos, a Divisão Naval do Leste sediada em Cabinda, na África, com esse propósito.

Vidigal (1985) destaca que a Marinha modernizou-se muito lentamente até 1850 e de forma superficial, devido à instabilidade política e à Revolução Industrial que repercutiu de forma extraordinária sobre os meios navais.

Em maio de 1864, o Ministro da Marinha apresentou um novo programa naval, fruto de reflexão sobre o emprego de Força Naval na Guerra de Secessão dos EUA. Vidigal (1985) apresenta que na ocasião, foi chamada a atenção para a importância dos navios encouraçados e para a necessidade de limitação de seus calados para operar na rede fluvial do Prata. Vidigal (1985) segue afirmando que, ainda assim, a Guerra da Tríplice Aliança (1865) chegou e a Marinha do Brasil estava despreparada (navios sem couraça e de grande calado).

Vidigal (1985) destaca que em abril de 1868, foi apresentada a proposta de um “Plano para a Organização da Força Naval do Império”. O plano nunca foi realizado. Mais uma vez, o programa naval não proliferou. Segundo Vidigal (1985) isso ocorreu devido à falta de capacidade financeira do país e a inexistência de um poder antagônico. O atraso tecnológico da Marinha tendia a se perpetuar, afirmou Vidigal (1985). Apesar disso, afirma Vidigal (1985) que ao final da Guerra da Tríplice Aliança, a Marinha do Brasil constituía Poder Naval superado, em número de unidades, apenas pelas Marinhas da Grã-Bretanha, Rússia, EUA e Itália.

Vidigal (1985) afirma que no início do século XX, a partir do Governo de Campos Sales (1898 a 1902), o país teve um surto de progresso que durou até 1912, fruto do café e da borracha; essa prosperidade e a presença do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores (1902-1912) levou a uma reavaliação do poder naval que resultou na apresentação ao Congresso do Programa Naval de Julio de Noronha. Em 1910 o Brasil adquire a Esquadra Branca que, em número, equilibrava o Brasil como potência naval média na América do Sul, em comparação com a Argentina. Contudo, a dificuldade era a qualificação do pessoal para guarnecer esses navios e arsenal capacitado para a sua

manutenção. Vidigal (1985) destaca esse ponto é crucial para o pensamento estratégico naval, pois foi quando se percebeu que não é possível construir um Poder Naval sem uma indústria nacional; não há como se divorciar a esquadra das estruturas para o seu apoio.

Em 1914, relata Vidigal (1985), o Brasil contratou oficiais americanos para lecionarem na Escola Naval de Guerra e em 1922 começou a funcionar a Missão Naval Americana, marcando o início de um longo e bem-sucedido relacionamento entre as duas Marinhas. Vidigal (1985) assinala que a razão para tal contratação estava relacionada ao preparo de oficiais e praças que guarneceriam os navios da Esquadra Branca de 1910.

Em 1967 foi aprovado o Programa Decenal (PD) de Renovação de Meios Flutuantes, aprovado em 1967, segundo Vidigal (1985) o PD representa a preocupação da MB com o desenvolvimento de capacidades para proteção do tráfego marítimo. Naquela época consolida-se a percepção da extrema dependência que o Brasil possuía das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM), a final o Brasil havia entrado nas duas Grandes Guerras Mundiais por razões relacionadas aos ataques sofridos pelo nosso tráfego marítimo. Vidigal (1985) descreve que houve o reconhecimento da política; contudo, mais uma vez as dificuldades financeiras não permitiriam a execução do PD.

No governo do General Ernesto Geisel, conforme relata Vidigal (1985), houve o rompimento com a influência dos EUA. Em março de 1977 foi fechada a Missão Naval Americana, isso ocorreu segundo Vidigal (1985), por duas razões: o condicionamento da ajuda militar aos aspectos dos direitos humanos, imposto pelo governo Carter; e o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975. A política e a estratégia brasileiras passaram a identificar áreas próprias de interesse.

A Marinha passa a investir em um projeto paralelo para construir seu submarino de propulsão nuclear. Segundo Vidigal (2000), a partir do relatório do Almirante Othon uma

série de medidas foram sugeridas para que o Brasil obtivesse o domínio do ciclo completo do combustível nuclear.

Vidigal (2000) afirma que o Almirante Maximiliano, Ministro da Marinha entre 1979 e 1984, destacava a importância da construção naval no Brasil, e incentivou essa atividade: prosseguiu com o Mini-Programa de 1981 (com financiamentos externos) para construção de navios de escolta, um navio-escola, um navio-tanque, submarinos e navios-patrolha. Destaca-se que para a construção de submarinos convencionais envolve tecnologias dominadas por poucos países.

Atualmente o Brasil busca reformar a Marinha para torná-la compatível com a estatura política do país, coerente com a projeção internacional. Para fortalecer o atual momento de compreensão e de apoio do poder político e da sociedade, a MB incrementou os investimentos na Comunicação Social. Uma série de programas para modernização foi estabelecida como projetos estratégicos, construção de escoltas, navio de apoio logístico, navio aeródromo, navios anfíbios, submarinos convencionais e submarinos de propulsão nuclear. Contudo, o único programa em efetiva execução é o relacionado aos submarinos em parceria com a França.

3.3 – Considerações Parciais

Como foi possível verificar neste capítulo, a China construiu um conhecimento tecnológico naval desde os primórdios da fase Imperial. Mesmo após o declínio naval ocorrido por opção da dinastia Ming, a China manteve o conhecimento da construção naval em pequenas embarcações para navegação costeira e fluvial, uma vez que os rios constituíam-se em vias fundamentais para o interior.

Após a Segunda Guerra do Ópio o governo central decidiu por reformas de sua

Marinha, mas pequenas e tardias não foram suficientes. O despertar para importância do mar para o desenvolvimento da China começa com Mao Zedong com vistas à recuperação de Taiwan e a busca por garantir a integridade territorial com o ressurgimento da Marinha a MEPL, ainda limitada a ações costeiras.

O crescimento econômico exigiu uma MEPL mais robusta, mas seu desenvolvimento somente foi possível pelas ações tomadas ainda na década de 1955 quando a China percebeu que necessitava de uma indústria de defesa própria, autóctone. Não fosse a decisão de Mao Zedong em preparar uma indústria civil e engenheiros capazes de absorver as tecnologias captadas com a Rússia e potências ocidentais, EUA inclusive, não seria possível a China formar sua Força de Submarinos.

A China sempre esteve estruturada politicamente por governos centralizados que, apesar do vasto território, orientava os esforços estratégicos com políticas de Estado definidas, mesmo que proveniente de decisões incorretas, como o declínio do poder naval chinês iniciado por decisão soberana do Imperador. A retomada do próprio destino também ocorreu por meio de decisão proveniente de um governo central que conduziu a China para o momento atual, por meio de passos independentes, coerentes e planejados.

Esse alinhamento de esforços estratégicos chineses, mesmo que para direções erradas, pode ser fruto da própria cultura e do confucionismo, o coletivo é mais importante que o indivíduo, hierarquia e subordinação. Assim como esse comportamento contribuiu para o declínio da China, também foi fundamental para o seu ressurgimento.

Pode-se afirmar que, em que pese o discurso do governo da China pregar o desenvolvimento pacífico e cooperativo, conforme descrito no Livro Branco, a percepção das ameaças e o sentimento coletivo da sociedade chinesa do Século da Humilhação Nacional, motivaram a China no preparo de instrumentos de força sólidos que possam garantir seus interesses protegidos de interferências exógenas. Todo esse processo permitiu o entendimento

das vulnerabilidades da filosofia de Confúcio²², gerando revisões de comportamentos.

Assim, ou sob a filosofia confuciana da cultura chinesa, ou sob a perspectiva ocidental da teoria racionalista, a política que a China promove é a cooperação, sem esquecer que os conflitos existem; e como consequência estabelecer poder que respalde a essa política é medida prudente.

Nesse processo a China redescobriu sua vocação marítima e naval, uma consequência do crescimento econômico, pois garantir as LCM é fundamental para China. Nesse sentido, permanecer limitado à defesa costeira tornou-se insuficiente para a China do século XXI. A importância das LCM é tão grande que a China criou o “Colar de Pérolas”, estabelecimento de bases para operação no Índico e garantir o fluxo de comércio, principalmente de produtos de energia, uma materialização das ideias de Mahan.

O Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan, Marinha dos EUA, defendeu que o poder marítimo é a chave para a obtenção do poder global. Controlar as rotas do comércio marítimo e bases avançadas para garantir as operações navais são fundamentais para o estabelecimento desse poder. Macvador (2009) afirmou que, atualmente, as teorias de Mahan são estudadas nas academias de altos estudos navais da China.

Quanto ao Brasil, conforme os relatos de Vidigal (1985), a evolução histórica do pensamento naval brasileiro mostra que o Brasil obteve desenvolvimento naval em saltos, frutos de iniciativas estratégicas isoladas e influenciadas pelo olhar comparativo com a Argentina.

Os programas de aparelhamento da MB, decorrentes da Estratégia Naval, sempre enfrentaram dificuldades financeiras e a falta de envolvimento do nível político com os assuntos de defesa; somada a essas dificuldades, as rápidas evoluções tecnológicas da

²² Confúcio: é o nome que se atribuiu ao pensador chinês que elaborou a filosofia que está fortemente impregnada na cultura chinesa. O nome do filósofo na verdade é Kong, Confúcio é decorrente dos fonemas da expressão em pin yin chinês *Kong Fu Zi* (孔夫子) que significa Mestre Kong.

Revolução Industrial tornaram difícil para o país acompanhar essa evolução de forma independente. Pode-se também afirmar que, os desenvolvimentos obtidos foram, por diversas vezes, por intermédio de aquisições ou cooperações estrangeira, somente a partir da quebra do acordo de cooperação militar com os EUA foi que o Brasil passou a pensar de forma própria, buscando capacidades autóctones.

O Brasil é um país democrático, com uma estrutura decisória muito mais lenta que a da China, mas com consistência. O atual alinhamento político da Estratégia de Defesa para o desenvolvimento da indústria, capacitação de pessoal e reorganização das Forças Armadas conferem credibilidade ao processo político com o envolvimento da sociedade. Contudo; esse processo, no Brasil, ainda encontra-se no estágio inicial, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Araújo e Garcia (1999) destacam essa particularidade do processo decisório brasileiro, não restrito ao poder político, ao analisarem a parceria estratégica entre Brasil e China no setor de cooperação de Tecnologia da Informação, para eles as incertezas vivenciadas pelas empresas brasileiras, somadas ao processo de tomada de decisão, por vezes longo, contribuem para o pouco interesse pelo negócio desse setor.

A estrutura política decisória e a orientação estratégica do Brasil não possuíam, até recentemente, orientações claras para a política e a estratégia nacionais, com os esforços nacionais dispersos, a não ser por ações pessoais como, por exemplo, de José Bonifácio e do Barão do Rio Branco. Apesar disso, a MB sempre buscou interpretar tendências e estabelecer metas, apresentando programas focados na modernização e desenvolvimento da indústria nacional; contudo, sofreu com as dificuldades financeiras ou com a falta de decisão política.

Espera-se que haja um melhor alinhamento de esforços com a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil. A existência desses documentos não pode ser entendida como a solução para a deficiência do alinhamento estratégico, mas sim como o início da construção de uma estrutura política

decisória que poderá melhor orientar os esforços estratégicos.

Outro fator relevante é o fato de que, superadas as rivalidades com a Argentina, na década de 1980 (após a Guerra das Malvinas), o Brasil pode livrar-se do olhar comparativo e pensar mais cooperativamente, conforme os documentos, dos níveis político e estratégico propõem na atualidade. Esse recente comportamento político e estratégico pode indicar o início de um caminho estratégico alinhado com a política. Os planejamentos estratégicos de defesa estão estruturados por capacidades e não por hipóteses de ameaças definidas.

O Brasil está apenas iniciando um processo de consolidação do pensamento político e estratégico no setor de defesa. Apesar da MB possuir uma série de necessidades de desenvolvimento de capacidades e elaborar programas de modernização relacionados, apenas o programa de construção de submarinos (convencionais e de propulsão nuclear) encontra-se em efetiva execução em parceria com a França.

Ao se pensar estrategicamente, entende-se que a projeção internacional do Brasil já exige maior respaldo militar de defesa, mas o atual baixo nível de percepção de ameaça pelo Brasil dificulta o processo de convencimento do nível político no investimento dos instrumentos de defesa.

A correta interpretação desse baixo nível de ameaça ao Brasil deveria ser a oportunidade para o desenvolvimento das capacidades de defesa, sem a pressão de uma ameaça concreta, preparando-se para as possibilidades de conflito que continuam a existir.

Dentro da teoria Racionalista das Relações Internacionais, não se pode esquecer a possibilidade de conflito, mesmo que o mote da política externa seja a cooperação e desenvolvimento pacífico. O Brasil possui projeção internacional suficiente para envolver-se em situações de confronto de interesses e estar preparado para enfrentar essas situações é uma necessidade.

Obviamente essa preparação não pode se tornar em motivação para uma corrida

armamentista na América do Sul. Assim, a fórmula da Política Externa deve prosseguir pacífica e cooperativa, definida como a combinação de *Soft Power* com a Política de Defesa de base dissuasória.

O Ministro da Defesa, Celso Amorim, tem reiterado os princípios que regem a chamada “Grande Estratégia” brasileira que, segundo ele, compreende as macroquestões de Política Externa e Defesa. Em Brasília, no dia 17 de abril de 2013, durante palestra dirigida a estudantes de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), o Ministro afirmou: “Uma Defesa robusta é complemento de uma Política Externa pacífica”, destacando que a atuação da Defesa alinha-se às diretrizes de Governo, notadamente aquelas que guiam a Política Externa brasileira, orientadas pela solução pacífica das controvérsias, pelo fortalecimento da paz e da segurança internacionais, pelo reforço do multilateralismo e pela integração sul-americana, onde se encontra o “entorno geoestratégico imediato” do país.

Em resumo, o que se propõe é tão somente trazer maior equilíbrio para essa fórmula da Política Externa do Brasil, isto é, permitir que a base dissuasória da política de defesa seja compatível à atual projeção do Brasil no cenário internacional, obtida pela correta aplicação do *Soft Power*.

4) AS ESTRATÉGIAS NAVAIS DE CHINA E BRASIL

Depois da identificação de alguns fatos históricos de interesse, este capítulo pretende apresentar quais são as Estratégias Navais de China e Brasil em progresso na atualidade. Para isso, serão empregadas informações ostensivas, isto é, informações disponíveis em livros, sítios de Internet etc. Publicações que possuem qualquer grau de sigilo foram evitadas, a fim de contribuir para a dissipação da névoa de interpretações conspiratórias, isto é, empregar informações de acesso livre e que demonstrem intenções e ações claras a serem executadas ou já em execução.

4.1 – Estratégia Naval da China

A atual Estratégia Naval da China, segundo Bernard D. Cole (2007), foi desenhada com base nos conceitos de Poder Naval da própria China, mas também com influências das concepções de Rússia e outras potências navais do ocidente.

Bernard D. Cole (2007) destaca que no período entre 1949 e 1950, a URSS forneceu apoio militar, incluindo equipamentos e assessores. Bernard D. Cole (2007) segue afirmando que a influência ocidental está ligada aos conceitos de “Comando do Mar”, isto é desenvolver a capacidade de usar o mar, enquanto nega o uso pelo oponente.

Como descrito anteriormente, a China aplicou em sua estratégia naval a visão costeira por muitos anos e vivencia na atualidade a materialização de uma transformação estratégica planejada para o século XXI, segundo Bernard D. Cole (2007), com o foco na segurança nacional, a estratégia de emprego da MEPL está se tornando mais amplo: preparação para operações contra Taiwan; defender as reivindicações chinesas no leste e sul

do Mar da China; manutenção de força com capacidade de deterrence contra os EUA e possivelmente Índia e Rússia; proteção das LCM vitais, distantes da China; e apoio à diplomacia. O desenvolvimento dos submarinos de propulsão nuclear de ataque, sem capacidade balística, veio da prioridade na aplicação costeira.

Bernard D. Cole (2007) segue afirmando que o projeto para a MEPL do século XXI, também incluem: estabelecimento de uma força naval de capacidade genuinamente de deterrence nuclear; manutenção da presença naval no leste da Ásia; unir capacidades para se atingir objetivos específicos, incluindo projeção de poder (capacidades anfíbias e logísticas de apoio para manter disputas territoriais no leste e sul do Mar da China); proteger as LCM, pelo menos até o norte do Estreito de Tsushima, sul do Estreito de Málaca e leste das Marianas; e superioridade nos cenários para Taiwan.

Segundo Macvador (2009) desenvolver o programa do novo submarino de propulsão nuclear Classe Jim (tipo 094), com capacidade de míssil balístico é prioridade na estratégia da deterrence da China, uma clara identificação dos EUA como rival do Pacífico. Mas a China segue pensando em se lançar no oceano em condições compatíveis com a possibilidade de enfrentamento dos EUA. Para tal a MEPL adquiriu da Ucrânia um Navio-Aeródromo, o *Liaoning* (ex-*Varyag*) um navio antigo, mas que foi totalmente revitalizado.

A aquisição do *Liaoning* não deve ser entidade como a abdicação de capacidade de construção própria, na verdade a China possui seu próprio projeto de navio aeródromo. A aquisição do *Varyag*, junto à Ucrânia, foi um artifício de preparação, obter qualificação do pessoal, estabelecimento de procedimentos e doutrina própria, isto é, iniciar o processo aprendendo primeiro a operar um navio de tal complexidade, conforme afirmou o porta-voz do Ministério Nacional de Defesa da China, Coronel Superior²³ Geng Yansheng, em julho de 2011.

²³ Coronel Superior: em inglês *Senior Colonel*, é uma tradução do autor para o posto das Forças Armadas da China que é equiparado à *Commodore* (USNAVY), em pin ying *Da Xiào*. Não há posto similar na MB.

Percebe-se que a China lançou-se ao mar e pretende se tornar uma verdadeira potência naval.

Para o relatório de segurança sobre a China, produzido pelo Japão (*NIDS China Security Report 2011*) a dificuldade da China para o estabelecimento das bases legais para o direito do mar está na existência de várias agências marítimas na estrutura governamental. Apesar disso, a China possui um governo central que orienta políticas gerais que essas agências devem seguir; assim, não parece que se configure em dificuldade efetiva.

O mesmo relatório de 2011 destaca que a China vem estabelecendo desde 1980 políticas marítimas com bases legais na Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar que se tornou efetiva na década de 1990. A China defende a legalidade no Mar, incrementando as atividades da MEPL na proteção dos direitos do mar, um bom exemplo é a ativa participação da MEPL nas operações de contra-pirataria no Golfo de Aden.

Ainda segundo o *NIDS China Security Report 2011*, o Japão e os EUA preocupam-se com o aumento da China em suas capacidades antimíssil, submarinos, bombardeio marítimo e míssil balístico convencional. Esse desenvolvimento é considerado por analistas do Japão e dos EUA como uma avançada capacidade A2/AD (*Anti-Access/ Area Denial*).

Segundo o Livro Branco de Defesa da China - 2010, a MEPL tem se esforçado no desenvolvimento de capacidades integradas de operações costeiras, deterrência estratégica, e contra-ataques estratégicos. Gradualmente a MEPL vem obtendo capacidade de conduzir operações em águas distantes contra ameaças não convencionais em cooperação internacional. Através dos próximos seis séculos, construir uma força moderna para operações marítimas, combinando armamentos convencionais e nucleares, esta última parte pode ser entendida como a visão de futuro da MEPL.

4.1.1 – Estratégia Anti-Access/Area Denial (A2/AD)

A literatura dos EUA e japonesa atribuiu à China o emprego da estratégia A2/AD, mas será fácil entender que essa percepção é unilateral e, no entendimento deste autor, equivocada.

Greenert (2012) descreve a estratégia A2/AD como sendo o emprego de armas específicas, tais como: ataques cibernéticos, minas, embarcações rápidas, mísseis de cruzeiro e mini-submarinos próximos a estreitos internacionais (Estreito de Hormuz, Gibraltar, Canal de Suez, Canal do Panamá ou Estreito de Málaca), visando fechar acessos marítimos e de espaço aéreo para as forças militares dos EUA. Ainda segundo Greenert (2012) essa estratégia pode apenas dificultar a projeção de poder, mas que será vencida pelo conceito ASB (*Air-Sea Battle*), que prevê a integração coordenada de meios aéreos, navais, aeronavais e de fuzileiros navais para aplicá-los na destruição do sistema de comando e controle do adversário e seu sistema de lançamento de armas.

Geoffrey Till (2012) apresenta que a maior preocupação dos EUA é o recente incremento das capacidades oceânicas (*blue-waters*) das Marinhas adversárias, na Ásia-Pacífico, capazes de empregar a estratégia A2/AD. Esta visão parece mais aceitável, uma vez que seria possível se pensar no emprego da A2/AD em fases anteriores do poderio naval chinês, quando sua capacidade limitava-se à defesa da costa e a garantia da integridade do território nacional, incluso o enfrentamento do problema de Taiwan.

A China, como já apresentado neste trabalho, busca tornar-se uma potência naval, não parece correto reduzir as capacidades da MEPL à Estratégia A2/AD.

4.2 – Estratégia Naval do Brasil

O futuro desejado pela Marinha do Brasil está expresso na visão de futuro, que é divulgada para sociedade por meio do sítio oficial da instituição na Internet (www.mar.mil.br):

A Marinha do Brasil será uma Força moderna, equilibrada e balanceada, e deverá dispor de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, estará permanentemente pronta para atuar no mar e em águas interiores, de forma singular ou conjunta, de modo a atender aos propósitos estatuídos na sua missão. (Marinha do Brasil, 2013, sítio oficial da Internet).

O sítio oficial da Marinha do Brasil na Internet (www.mar.mil.br) também apresenta a Missão:

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais.

Com bases nessas informações, pode-se identificar quais são as atuais responsabilidades da MB e onde a Instituição deseja chegar; logo, podem-se obter os elementos necessários para o estabelecimento da estratégia.

Destaca-se que a MB do futuro deverá ser moderna, equilibrada e balanceada. Mas o que significa isso?

Entende-se por moderna que os meios incorporados à Armada, em atividade, deverão possuir idade de até 20 anos (idade do meio menor ou igual a 20 anos). Equilibrada significa que os meios da MB deverão possuir capacidade de operação específica nos oceanos (meios oceânicos - *blue waters*) e em águas costeiras e interiores (meios costeiros e fluviais -

brown waters). Balanceada, os meios da MB deverão ser capazes de regular e graduar a força na execução das tarefas do poder naval, quais sejam: negar o uso do mar ao inimigo, projetar poder sobre terra e controlar áreas marítimas.

Como já apresentado neste trabalho, atualmente existem vários programas de desenvolvimento e modernização da MB: submarinos convencionais e de propulsão nuclear; navio aeródromo; navios de superfície (escortas multipropósito e navio de apoio logístico) e navios anfíbios, etc. Além disso, há o Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha, elaborado para identificar as ações necessárias que permitam dotar a MB de organizações militares, meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sistemas, armamento, munição e efetivos de pessoal necessários ao atendimento das diretrizes estabelecidas na END.

Os programas prioritários (submarinos e navios de superfície, entre outros) foram estabelecidos como Projetos Estratégicos da Marinha, tendo sido, inclusive, criada a Diretoria de Gestão de Projetos Estratégicos da Marinha (DGePEM) em 2013 pela Portaria nº 114/MB daquele ano, com o foco gerencial desses projetos.

A END estabeleceu como prioridade para a MB o Programa de Desenvolvimento de Submarinos, o chamado PROSUB, uma vez que estabeleceu como tarefa prioritária, dentre as tarefas básicas do poder naval, a negação do uso do mar. Nesse ponto, pode-se identificar uma identidade com a Estratégia Naval da China, pois lá também foi estabelecida como prioridade a negação do uso do mar; contudo, essa prioridade será empregada até que a MEPL tenha desenvolvido a capacidade de se lançar no oceano em condições compatíveis com a possibilidade de enfrentamento dos EUA.

A MB vem seguindo essa prioridade, sendo o PROSUB o único programa em efetiva execução. Em execução também, outros processos de aquisição, fora dos projetos estratégicos, são eles: aquisição de 8 (oito) células de aeronaves C1-A *Trader* e quatro MH-16 (SH-70B *Sea Hawk*), junto aos EUA; recebimento de aeronaves UH-15 (Super Cougar -

adquiridos pelo Ministério da Defesa para as três Forças); e navios de patrulha oceânicos. Esses processos já haviam sido iniciados antes da conclusão da END.

Outra aquisição fora dos projetos estratégicos é a mais recente autorização do MD para a construção de mais quatro Corvetas Classe “Barroso”, medida para incentivar a indústria naval nacional, uma vez que é uma classe de navio escolta projetada e construída no Brasil.

Todos os programas citados, desde o PROSUB até os navios-patrulha, visam modernizar e fortalecer as capacidades da MB. Pode-se, inclusive, considerar a reconstituição de algumas capacidades degradadas. Mais uma vez a MB conhece suas necessidades operacionais e tem plena consciência de que não será possível executar esses programas sem o apoio do poder político e da sociedade; e principalmente, a compreensão da importância desses programas para o Brasil.

A existência da PND e da END e, ainda, dos projetos estratégicos da MB perfeitamente alinhado a estes documentos condicionantes, espera-se que seja viabilizada a execução desses projetos. A Comunicação Social da Marinha trabalha na divulgação dos valores da MB, destacando a importância das suas atividades, a diplomacia naval, a garantia da vida humana no mar, a importância do patrimônio da Amazônia Azul, entre outros. A aproximação da MB com a sociedade e o reforço desse bom relacionamento é a tarefa da Comunicação Social, contribuindo para um eficiente alinhamento político e estratégico.

Nas palavras do Comandante da Marinha do Brasil²⁴, Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, a Comunicação Social permite criar um círculo virtuoso: mais divulgação da atuação da Marinha; mais reconhecimento da sociedade; mais apoio da Poder Político; mais recursos para a Instituição; mais atuação; e assim prossegue o círculo.

Outro aspecto no alinhamento da Política com a Estratégia Naval é o foco na

²⁴ Fonte: Plano de Comunicação Social da Marinha, Introdução, Mensagem do Comandante da Marinha, 2012.

América do Sul e Atlântico Sul, incluindo os países da África. A MB tem sido demandada por cooperação naval com países da África, principalmente pelos componentes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essa cooperação e participação no setor naval junto aos países da CPLP que manifestaram esse interesse; isso pode significar uma oportunidade no estabelecimento de bases de operações na costa africana do Atlântico Sul.

Outras iniciativas de cooperação naval com a Política Externa do Brasil, manifestações da Diplomacia Naval, são: a vertente naval do fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) que, regularmente, realiza a Operação IBSAMAR entre os países da IBAS; as Operações ATLASUR, entre Brasil, Uruguai, Argentina e África do Sul; e o Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia, no qual o Brasil assumiu a difícil tarefa de promover a organização de uma Marinha para a Namíbia, fornecendo navios, formação e treinamento de pessoal, entre outras atividades.

Apesar dessa evolução, em curso, no processo de alinhamento da Política e a da Estratégia, notadamente a Estratégia Naval, percebe-se que há uma defasagem entre a projeção internacional do Brasil atual e a velocidade do desenvolvimento e modernização da MB.

4.3 – Considerações Parciais

A Estratégia Naval da China vem desenvolvendo capacidades de forma planejada e coerente. Estabeleceu metas para serem alcançadas em fases, até que na fase final, a MEPL possua a capacidade de atuar em todo o globo.

No Brasil, a MB ajustou-se às condições da política e vem trabalhando no convencimento da sociedade e, conseqüentemente, do poder político quanto à importância do

poder naval como instrumento necessário para a garantia dos interesses do Brasil.

A MB também trabalha pelo alinhamento da Estratégia Naval à Estratégia Nacional de Defesa e à Política Nacional de Defesa, para facilitar o processo decisório e conferir consistência às decisões tomadas.

A Estratégia Naval do Brasil possui alguns pontos coincidentes com a Estratégia Naval da China: prioridade ao programa de submarinos; mote na garantia da soberania nacional e na integridade territorial; busca por tornar-se balanceada, equilibrada e moderna; e promover o desenvolvimento da indústria nacional de defesa.

A Estratégia Naval do Brasil está construindo condições para o adequado alinhamento político e estratégico para obter um consistente desenvolvimento autóctone de capacidades, semelhante à Estratégia Naval da China. A MB possui conhecimento de suas necessidades operacionais e investe na aproximação com a sociedade para garantir o alinhamento político e estratégico. A chamada Diplomacia Naval vem sendo aplicada em consonância com a Política Externa, contribuindo com o correto emprego do *Soft Power*.

A Estratégia Naval da China também vem estabelecendo bases de apoio para a MEPL garantir suas LCM, o Colar de Pérolas. Para a Estratégia Naval do Brasil esse elemento pode configurar-se em uma boa ideia, mas merece uma análise mais profunda para adequá-la a realidade do Atlântico Sul.

O Brasil poderá empregar os acordos de cooperação com países da CPLP para estabelecer bases de operações na costa da África, como já possuiu em Cabinda no século XIX. Nesse sentido, destaca-se que esse exercício deverá ser cuidadoso, aplicação do *Soft Power* para obter consenso, cooperação e desenvolvimento, despido de qualquer postura hegemônica; caso contrário, seria criada uma contradição com a Política Externa.

Outros fóruns da Diplomacia Naval e a obtenção de acesso às facilidades portuárias e logísticas no outro lado do Atlântico são a IBAS e o Acordo de Cooperação Naval

Brasil-Namíbia.

Pode-se, neste ponto do trabalho, selecionar algumas lições para Estratégia Naval do Brasil: a necessidade de um correto alinhamento político e estratégico para que se possa orientar e coordenar as ações com o foco em alcançar os objetivos nacionais; o desenvolvimento de capacidades próprias e a necessidade de coordenar ações para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa; a capacitação intelectual adequada para viabilizar o desenvolvimento das capacidades nacionais próprias; o estabelecimento de bases avançadas, fora do território nacional, a fim de permitir as operações navais de proteção das LCM de interesse.

Contudo, existem alguns elementos da Estratégia Naval da China que não são compatíveis com a Estratégia Naval do Brasil: a deterrência nuclear e a identificação de um rival inserido da área de influência estratégica.

O quinto capítulo deste trabalho, a seguir, apresentará algumas análises das lições selecionadas, sugerindo opções e adaptações à Estratégia Naval da China para aplicação pela Estratégia Naval do Brasil e porque alguns elementos não são compatíveis para a estratégia brasileira.

5) ANÁLISES DAS LIÇÕES CONSIDERADAS

A MEPL encontra-se em franco desenvolvimento, resultado de um planejamento coerente e consistente. Fruto dessa percepção pode-se destacar algumas lições importantes e positivas da Estratégia Naval da China para análise: a necessidade de um correto alinhamento político e estratégico para que se possa orientar e coordenar as ações com o foco em alcançar os objetivos nacionais; o desenvolvimento de capacidades próprias e a necessidade de coordenar ações para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa; a capacitação intelectual adequada para viabilizar o desenvolvimento das capacidades nacionais próprias; o estabelecimento de bases avançadas, fora do território nacional, a fim de permitir as operações navais de proteção das LCM de interesse.

Esse capítulo também apresentará análises sobre as lições da Estratégia Naval da China que não são compatíveis com a Estratégia Naval do Brasil. Embora sejam ideias válidas para o pensamento estratégico de dissuasão, não se alinham com a Política de Defesa e a Política Externa do Brasil, pois carregam uma conotação negativa, são elas: a deterrência nuclear e a eleição de uma rival regional.

5.1 – Alinhamento Político e Estratégico

O alinhamento político e estratégico que a China possui é decorrente da sua estrutura política que permitiu o desenvolvimento de uma Estratégia Naval compatível com os interesses da China do século XXI. Um aspecto interessante do desenvolvimento da China é que esse mesmo alinhamento político com o poder central foi o responsável pelo longo período de declínio do poder naval, pelo qual a China passou, até perceber a importância do

mar para sua política de desenvolvimento.

O Brasil está trilhando um caminho de alinhamento político no que se refere à estratégia de defesa e, por ser uma democracia consolidada, exige extenso debate com a sociedade para o desenvolvimento desse processo. É um caminho longo, mas consistente, acredita-se que por essa razão, apesar da lentidão do processo, o entendimento pela sociedade dos assuntos de defesa tornar-se-ão consolidados, podendo até ser percebidos como projeto de Estado, deixando a dependência profunda por iniciativas isoladas.

Esse caminho de alinhamento político e estratégico tem reflexos diretos na Estratégia Naval do Brasil e a Alta Administração Naval tem participado ativamente do processo de divulgação para a sociedade da importância dos assuntos de defesa e da Amazônia Azul, por meio da Comunicação Social. O Pré-Sal e as atividades subsidiárias da Marinha têm mostrado à sociedade, de forma clara, a necessidade do Brasil em desenvolver uma Marinha compatível com as suas responsabilidades.

É dever ressaltar, mais uma vez, que a atual ausência de percepção de ameaças deve ser entendida como oportunidade para a preparação estratégica das capacidades de defesa, principalmente do poder naval, compatível com a estatura política do Brasil. Não é opção para o Brasil “deitar-se em berço esplêndido”.

Pode-se afirmar que o alinhamento político-estratégico é um caminho consistente e o Brasil segue trilhando corretamente. Contudo, destaca-se que é necessária a atenção nesse caminho, pois o Brasil já possui uma projeção internacional relevante e reivindica maior poder de decisão na Ordem Internacional; essa postura inexoravelmente perturbará interesses de outros atores.

O Brasil deverá estar preparado para situações de confrontação de interesses, caso contrário cairá na retórica. Esse é o único fator de pressão sobre o tempo a ser despendido nesse longo caminho do desenvolvimento das capacidades de defesa.

5.2 - Desenvolvimento de capacidades próprias, a indústria nacional de defesa e a capacitação intelectual

A China desenvolveu capacidades tecnológicas próprias na sua indústria naval desde a antiguidade, mas a postura de se voltar para o continente iniciou o declínio do seu poder naval. O isolamento também contribuiu para que o poder naval não acompanhasse a Revolução Industrial.

Apesar disso, o conhecimento básico na construção naval foi mantido para navegação costeira e interior. A partir da decisão política do governo central em desenvolver conhecimento moderno próprio disparou um processo de integração da indústria, academias de engenharia e projetos militares. O desenvolvimento de submarinos nucleares sofisticados somente foi possível pela absorção de conhecimento transmitido pela URSS, essa absorção somente foi possível pela integração dos três elementos: indústria, engenheiros capacitados e projetos militares.

O Brasil entende essa relação, a MB percebeu isso desde a Esquadra Branca de 1910; contudo, somente recentemente o MD vem promovendo o desenvolvimento da indústria nacional de defesa, conforme expressamente declarado na END. A MB vem provocando o desenvolvimento da indústria e capacitação de engenheiros arrastados pelo Programa de Construção do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro.

Mais uma vez é um caminho que o Brasil e a MB vem trilhando corretamente. Mas é um programa longo e cuidados devem ser tomados para que não haja a perda desse conhecimento. A consistência do programa deverá garantir a evolução do conhecimento.

Infelizmente, no passado, a MB já sofreu com a descontinuidade, trouxe conhecimento e desenvolvimento para indústria nacional, fruto de programas de desenvolvimento naval; mas, por problemas financeiros ou pelo descasamento com a política,

o Brasil acabou por perder esse conhecimento adquirido, como já apresentado neste trabalho.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos, que inclui a construção do submarino de propulsão nuclear brasileiro, é mais uma tentativa da MB de promover desenvolvimento para o Brasil e já tem apresentado alguns frutos para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa.

Como identificado neste trabalho, a China trilhou muito bem pelo caminho de desenvolvimento tecnológico por meio de seu programa de construção de submarinos de propulsão nuclear. Mas a China já possuía uma estrutura industrial e engenheiros capacitados quando iniciou o seu programa de construção do submarino de propulsão nuclear. A MB encontra-se em execução do projeto de construção e simultaneamente qualifica engenheiros e promove o desenvolvimento da indústria. Isso exigirá cuidados especiais para não deixar ocorrer graves problemas nesse processo: a perda do conhecimento adquirido; continuidade da indústria nacional que possa vir a se estabelecer; e a possibilidade de não absorver adequadamente a tecnologia transferida pela França, por deficiências no processo de qualificação dos engenheiros, neste aspecto mais uma vez o risco da descontinuidade.

Nesse ponto da análise, identifica-se claramente a relação entre duas das lições selecionadas, o desenvolvimento de capacidades próprias e a capacitação intelectual. A capacitação intelectual é fundamental para o desenvolvimento de capacidades próprias viabilizando alcançar os objetivos nacionais.

Essa afirmação parece óbvia, mas deve-se deixar claro o “porquê”. Não se trata somente da capacitação intelectual para o desenvolvimento de projetos totalmente autóctone, que é a meta final de capacitação, mas trata-se de possuir capacitação mínima para absorver tecnologia transferida por parceiros estratégicos, internalizando conhecimentos que possam otimizar o processo de acumulação do conhecimento superior, isto é, absorver adequadamente o *Know How* para desenvolver o próprio *Know Why*.

A China buscou independência na tecnologia nuclear e chegou a desenvolver um reator próprio, mas não eficiente. Nesse processo desenvolveu capacidade para absorver as tecnologias mais eficientes de russos, franceses e até estadunidenses para atingir o nível tecnológico na construção de submarinos nucleares modernos de hoje. Isso foi possível com o envolvimento da indústria e das universidades nos projetos militares chineses. A MB entende essa ideia e busca promover o desenvolvimento tecnológico e da indústria de defesa brasileiros, envolvendo no PROSUB a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (NUCLEP) e a Universidade de São Paulo (USP).

A MB possui também vários outros programas para modernização, navio aeródromo, navios de patrulha, navios escoltas multipropósito, navio de apoio logístico, entre outros. Todos ainda no campo das ideias, sem uma previsão de início. Outro ponto de coincidência com a estratégia chinesa, atualmente a China produz navios de superfície com tecnologia complexa e sofisticada e já está partindo para construção de seu próprio navio aeródromo.

Esse aspecto é importante, a MEPL e a MB possuem a correta percepção de que ser capaz de negar o uso do mar aos interesses exógenos é a base de uma defesa marítima; contudo, não pode ser a única capacidade disponível por uma força naval. Ser capaz de realizar as demais tarefas do poder naval é importante para que um país possa apresentar seu poder naval de forma crível, ação de presença e a garantia das LCM de interesse são possíveis somente com o emprego de navios de superfície, bem como o emprego da Diplomacia Naval.

Submarinos garantem dissuasão, mas não regulam o emprego da força, a história mostrou que poderes navais extremamente dependentes da dissuasão dos submarinos não foram capazes de superar poderes navais melhor equilibrados e balanceados. Os exemplos que o leitor já deve ter identificado são: a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial e a URSS durante a Guerra Fria; ambas com forças navais focadas no emprego de submarinos.

Nesse sentido, há um alinhamento com a END que estabeleceu como prioridade a construção dos submarinos, destacando a capacidade de negação do uso do mar como tarefa prioritária do poder naval. Essa prioridade estabelecida também foi uma decisão no processo de desenvolvimento da Estratégia Naval da China.

O estabelecimento do programa de construção do submarino de propulsão nuclear do Brasil como prioridade na tarefa de negação do uso do mar é também um caminho válido para a Estratégia Naval do Brasil. A palavra prioridade deve ser entendida no seu real sentido, isto é, a construção dos submarinos é a parte inicial no desenvolvimento das demais capacidades para MB, assim com a China vem realizando com a MEPL.

5.3 – Estabelecimento de bases de operações avançadas

Ser capaz de operar a partir da costa África poderá permitir uma melhor cobertura estratégica do Atlântico Sul e conseqüentemente garantir a segurança das LCM de interesse do Brasil. Além disso, essa capacidade também oferece defesa avançada para o Brasil. Como já descrito neste trabalho, isso já foi realizado no passado, quando a MB manteve em Cabinda um destacamento para combate ao tráfico de escravos.

Operacionalizar essa ideia possui caminhos legítimos com a CPLP, a ZOPACAS a IBAS e o Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia. Na CPLP, as Marinhas de vários países participantes da comunidade recorrem ao Brasil para cooperar no adestramento de pessoal, realização de exercícios, levantamentos de plataforma continental, entre outras.

A ZPACAS, como instrumento de promoção de desenvolvimento pacífico e cooperativo na região do Atlântico, oferece um fórum legítimo para cooperação de defesa, protegendo a região do Atlântico Sul de interferências exógenas.

A IBAS integra três países do BRICS no assunto defesa naval, com realização de

operações regulares na região do Atlântico Sul e sul do Índico.

Obviamente a ideia de bases operacionais, no âmbito da CPLP e da ZOPACAS, deve ser desenvolvida com cuidado para não passar a ideia de ocupação hegemônica, ou de aplicação pura de poder econômica, como no caso do Colar de Pérolas da China. Manter o mote na cooperação é fundamental. Também, deve-se atribuir adequada atenção para as interpretações africanas e chinesas em relação à parceria entre Brasil e EUA, como escreveu Kozloff (2013).

Na IBAS o cuidado deve estar voltado para não provocar instabilidade no BRICS, já que os assuntos de defesa não constam da pauta do grupo BRICS. Movimentos mal executados podem provocar suscetibilidades por parte da China e da Rússia. Outra preocupação deve ser com a Estratégia do Iceberg proposta por Swielande (2012) e não deixar que os EUA quebrem a articulação dos BRICS.

A ideia básica deve estar calcada na cooperação, contribuir no preparo marítimo de países participantes da CPLP, ZOPACAS, IBAS ou Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia e obter autorização para uso de bases ou instalações portuárias e logísticas, por meio de acordos bilaterais ou em bloco. Assim, pode-se garantir o abastecimento, reparos e estacionamento temporário de navios ou grupamentos operativos.

5.4 – Lições chinesas não aplicáveis à Estratégia Naval do Brasil

O desenvolvimento de capacidade própria de deterência nuclear e o estabelecimento de um rival inserido da área de influência estratégica não são aplicáveis ao Brasil.

A assinatura pelo Brasil do Tratado de Tlatelolco²⁵ e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP - 1998), além da expressa decisão de não desenvolver armas nucleares na Constituição Federal de 1988, impedem que o Brasil trilhe o caminho da deterrência nuclear.

É fato que a condição de potência nuclear da China confere capacidade de defesa diferenciada para aquele país, além de configurar incontestável credencial à China como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, dentro da própria Ordem Internacional vigente. A capacidade de deterrência nuclear é parte da Estratégia Naval da China.

Nesse sentido o Brasil deve seguir aplicando o *Soft Power* e utilizar essa característica de limitação autoimposta como credencial de exercício do legítimo desenvolvimento pacífico e cooperativo.

O Brasil habilmente aplicou o *Soft Power* e estabeleceu um ambiente cooperativo, pacífico e livre de interferências diretas das potências convencionais na região do Atlântico Sul. Como já apresentado neste trabalho, esse ambiente gera uma percepção de ameaça muito baixa, para o cidadão brasileiro comum pode ser considerada praticamente nula. A superação das diferenças com a Argentina atribui força a essa ideia.

Como já descrito, deve-se entender essa percepção estratégica, não como um berço esplêndido; mas, de uma forma racionalista, com foco na construção de condições pacíficas e cooperativas favoráveis ao Brasil e não esquecendo que os conflitos existem. É imperativo perceber que essas condições são uma oportunidade para a preparação de seus instrumentos próprios de dissuasão com credibilidade.

Quanto ao estabelecimento de um rival estratégico na região como motor de um

²⁵ Tratado de Tlatelolco: Foi uma iniciativa para a proibição de armas nucleares na América Latina, incluiu-se a participação de França, Reino Unido e Estados Unidos que se comprometeram a não instalarem armas nucleares em territórios de sua responsabilidade dentro da região.

desenvolvimento de defesa, a partir do que foi analisado até aqui, está claro que é uma postura não compatível para o Brasil, sendo proibitiva essa ideia como política.

Nesse sentido, o caminho estratégico compatível e alinhado com a Política Externa do Brasil é o desenvolvimento de capacidades de defesa que possam garantir os interesses do Brasil, como foco prioritário na soberania nacional.

Deve-se expor de forma clara que a China não estabeleceu os EUA como ameaça, mas também não é possível aos chineses deixarem de considerar os EUA em sua estratégia naval. Os EUA são o maior poder naval na região da Ásia-Pacífico, com atuações diretas na região de influência da China, sem mencionar a pendência territorial de Taiwan. Como demonstrado na inserção estratégica da China na Ásia-Pacífico, o mote repousa na cooperação e desenvolvimento pacífico, mas a geopolítica e a geoestratégia da China impõe uma pressão maior à percepção de ameaça. Esse entendimento chinês da presença dos EUA na Ásia-Pacífico permite identificar essa lição.

Para que não fique qualquer dúvida, estabelecer um rival para o Brasil não é um caminho coerente com a Política de Defesa do Brasil, nem com a Política Externa; contudo, é válido ao pensamento estratégico entender que é fundamental desenvolver capacidades navais críveis que possam garantir os interesses do país, essa deve ser a interpretação legítima da lição e perfeitamente aplicável ao Brasil.

5.5 – Considerações Parciais

As lições identificadas neste capítulo mostraram que o Brasil deve se preparar para enfrentar as possíveis adversidades que se configuram para o futuro, assim como a China esta fazendo. O Brasil precisa tornar-se capaz de transformar seu “poder potencial” em “poder efetivo”, por meio do alinhamento político, desenvolvimento de capacidades próprias

e pela construção de um poder naval capaz de garantir suas LCM. O *Soft Power* não pode ser a única ferramenta disponível para garantir os interesses brasileiros.

Como resultado dessa pesquisa e das análises apresentadas nesse trabalho, pode-se afirmar que a África possui, atualmente, características que desafiam a capacidade de aplicação do *Soft Power* brasileiro. A África é área de interesse do Brasil, com os EUA e a China ampliando suas respectivas atuações nesse continente.

Na África, a relação entre EUA, Brasil e China indica tendência de confrontação de interesse, o que poderá exigir do Brasil a aplicação do *Soft Power* em seu limite, antes mesmo do que se possa pensar. A África está se tornando em palco de teste para o *Soft Power* brasileiro.

O Brasil manteve coerência no investimento do seu relacionamento com a África, desde os tempos em que a aquele continente não despertava tanto interesse das potências hegemônicas ocidentais. Atualmente a China busca cooperação com a África oferecendo o desenvolvimento de infraestrutura e obter acesso a fontes de energia e outros recursos necessários para o seu desenvolvimento econômico. Os EUA também buscam maior penetração no continente como área de influência de poder e obtenção de fontes de energia. Ambas as potências buscam exercer seu poder em área de interesse estratégico brasileiro. É fácil concluir que confrontos de interesses ocorrerão cedo ou tarde, se não diretamente com o Brasil, pelo menos como consequência do confronto entre EUA e China.

Não há alinhamento automático do Brasil com nenhuma das duas potências, o *Soft Power* tem sido bem aplicado até o momento. Se pensado na esfera de cooperação naval, a China já se aproximou da Namíbia e forneceu um navio de apoio logístico moderno, segundo Mello de Almeida (2012). Os EUA buscam o apoio brasileiro, apenas como chave para abrir portas na África, além da existência de correntes, dentro dos EUA, que consideram a hipótese de usar o Brasil como ponto de quebra da coesão do BRICS (Swielande, 2012).

É importante para o Brasil seguir em um relacionamento cooperativo com os EUA, mas não pode se deixar seduzir por oportunidades imediatas que possam arranhar a imagem de parceiro confiável da África e tornar-se um mero facilitador no relacionamento África-EUA, pondo em risco as próprias relações África-Brasil e a coesão do BRICS. Igualmente com relação à China, a recente aproximação Namíbia-China, pode também ser interpretada como oportunidade para o Brasil fortalecer a coesão BRICS e a própria relação África-Brasil, uma vez que já possui estabelecido um positivo e sólido relacionamento naval com a Namíbia, disseminando ideias e até a língua portuguesa. Manter o foco nos próprios interesses deve ser o mote brasileiro na África, sem provocar antagonismos.

Pode-se então aprender uma lição extra, o Brasil deve estar preparado para as possibilidades bem reais de confronto de interesses. Dentre as potências consideradas no trabalho, nenhuma proclama o conflito, pelo contrário, seus discursos são de desenvolvimento cooperativo internacional; contudo, estão jogando com seriedade e possuem instrumentos estabelecidos de aplicação da força, desconsiderar a possibilidade de que os confrontos de interesses possam atingir seus limites da razão, não é uma opção. Por isso a teoria racionalista é tão importante para compreender o papel do Brasil nesse jogo internacional.

Aparentemente o Brasil já percebeu isso e iniciou a caminhada por trilhas adequadas, semelhantes às trilhadas pela China. Espera-se que esse processo iniciado, não sofra interrupções e que o Brasil consiga desenvolver seus instrumentos no tempo adequado, sem que seja exigido prematuramente.

Atualmente, o Brasil somente possui como ferramenta a habilidade na aplicação do *Soft Power* e credibilidade de ser um país que promove o desenvolvimento pacífico e cooperativo. É imperativo que o Brasil mantenha o foco nos próprios interesses.

6) CONCLUSÃO

Conforme exposto neste trabalho, Brasil e China possuem inserções geográficas semelhantes em cada um dos seus respectivos continentes, ambos possuem integração continental e projetam-se sobre os oceanos adjacentes, caracterizando países geopoliticamente de identidade continental e marítima simultaneamente.

6.1 – Percepção de ameaças

Quanto ao que se refere à percepção de ameaças, Brasil e China possuem diferenças marcantes. O Brasil tem mantido, por meio da política e diplomacia, sua área de influência estratégica livre de interferências “violentas”, promovendo um ambiente de desenvolvimento pacífico e cooperativo. A China claramente percebe seu entorno muito mais ameaçador, com rivalidades com a Rússia e Índia, mantida em equilíbrio; e a presença dos EUA exercendo poder na Ásia-Pacífico, dentro da área influência estratégica direta da China.

Em que pese o discurso chinês de desenvolvimento pacífico e cooperativo, a percepção de ameaças e a necessidade de garantir suas LCM, fundamentais para o crescimento econômico, compeliram naturalmente a China a se preparar com força militar, a fim de garantir poder com credibilidade e segurança para o desenvolvimento, notadamente o Poder Naval.

O Brasil encontra-se em situação mais confortável que a China, mas não se pode perder a oportunidade para também se preparar para turbulências, uma vez que a maior projeção internacional poderá, em algum momento, confrontar interesses. O *Soft Power* poderá não ser suficiente e lançar o Brasil em descrédito, limitado à retórica. Sob a visão

racionalista das Relações Internacionais, o Brasil deve prosseguir no caminho de desenvolvimento regional cooperativo e pacífico; como vem conduzindo habilmente esse processo por meio da aplicação do *Soft Power*. Contudo, o Brasil não pode deixar de lado ações preparatórias para enfrentar possíveis turbulências futuras.

Para que se possa combinar o *Soft Power* com uma política de defesa dissuasória, como afirmou o Ministro Baena Soares (2013), há que se ter capacidade dissuasória.

O BRICS possui poder de influência relevante no Sistema Internacional, o que é de interesse para o Brasil e para a China. Como verificado neste trabalho, no quesito Política Externa, Brasil e China possuem discursos coincidentes. A articulação do grupo BRICS busca o multilateralismo, desenvolvimento pacífico e cooperativo, ajustar a Ordem Internacional Vigente de forma a respeitar o maior peso que o grupo merece nas decisões sobre os problemas globais.

Em que pese os países do BRICS não desejarem causar rupturas, é fato que as ações individuais ou em bloco desses países, na busca por ajustar a Ordem Internacional, inexoravelmente atingem interesses das potências convencionais, isto é, perturbam o sistema. Assim, estar preparado para suportar pressões é parte do jogo. Quanto maior a projeção internacional, maior a responsabilidade.

A China tem se preparado para que a sua projeção internacional seja consistente, até a sua cultura milenar de base confuciana teve que ser adaptada para isso. O crescimento pacífico é o mote chinês, mas estar pronto para não sofrer novas humilhações sob interferências externas está também impresso no sentimento coletivo da população. Esse sentimento exige a existência de uma reserva de poder crível, o que está sendo claramente desenvolvido pela China.

Parece sábio que o Brasil também se prepare para que sua projeção internacional também seja consistente.

6.2 – As Lições

A China construiu seu conhecimento tecnológico naval desde os primórdios da fase Imperial. O declínio naval, iniciado por opção durante a dinastia Ming, foi longo e custou a evolução do conhecimento tecnológico naval. Somente no século XX, a China redescobriu a importância do mar para o seu desenvolvimento, com Mao Zedong com vistas à recuperação de Taiwan e a busca por garantir a integridade territorial com o ressurgimento de uma Marinha, a MEPL; apesar de ainda limitada a ações costeiras.

Mao Zedong iniciou o processo de preparação de uma indústria civil e de engenheiros capazes de absorver as tecnologias captadas com a Rússia e potências ocidentais, EUA inclusive, não seria possível a China formar sua Força de Submarinos.

De acordo com os relatos de Vidigal (1985), pode-se resumir a evolução do pensamento naval brasileiro da seguinte forma: historicamente o Brasil obteve desenvolvimento naval em saltos, frutos de iniciativas estratégicas isoladas e influenciadas pelo olhar comparativo com a Argentina.

As rápidas evoluções tecnológicas da Revolução Industrial, as dificuldades financeiras e a falta de envolvimento do nível político com os assuntos de defesa, tornaram difícil para o país acompanhar essa evolução de forma independente. É factível afirmar que, os desenvolvimentos obtidos foram, por diversas vezes, por intermédio de aquisições ou cooperações estrangeiras gerando dependência. Somente a partir da quebra do acordo de cooperação militar com os EUA (1977) foi que o Brasil passou a pensar de forma própria, buscando capacidades autóctones.

A Estratégia Naval do Brasil contempla o entendimento da relação entre o desenvolvimento de capacidades próprias, indústria nacional de defesa e a capacitação intelectual. A MB já havia percebido isso desde a Esquadra Branca de 1910; contudo, somente

recentemente o MD vem promovendo o desenvolvimento da indústria nacional de defesa, conforme expressamente declarado na END. A MB vem provocando o desenvolvimento da indústria e a capacitação de engenheiros, arrastados pelo Programa de Construção do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro. Esse é mais um caminho que o Brasil e a MB vem trilhando corretamente. Mas é um programa longo e cuidados devem ser tomados para que não haja a perda desse conhecimento. A consistência do programa deverá garantir a evolução do conhecimento.

Quanto à estrutura política decisória e orientação estratégica, verifica-se que o Brasil não possuía, até recentemente, orientações claras para a política e a estratégia nacionais, com os esforços nacionais dispersos, a não ser por ações pessoais como José Bonifácio e o Barão do Rio Branco.

Apesar disso, a MB sempre buscou interpretar tendências e estabelecer metas, apresentando programas focados na modernização e desenvolvimento da indústria nacional; contudo, sofreu com as dificuldades financeiras ou com a falta de decisão política. Espera-se que haja um melhor alinhamento de esforços com a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil. A existência desses documentos não pode ser entendida como a solução para o alinhamento estratégico definido, mas sim como o início da construção de uma estrutura política decisória que poderá orientar os esforços estratégicos.

A China sempre esteve estruturada politicamente por governos centralizados que, apesar do vasto território e algumas manifestações regionais autônomas, orientava os esforços estratégicos com políticas de Estado definidas, mesmo que proveniente de decisões incorretas, como o declínio do poder naval chinês iniciado por decisão soberana do Imperador. A retomada do próprio destino também ocorreu por meio de decisão proveniente de um governo central que conduziu a China para o momento atual, por meio de passos independentes,

coerentes e planejados.

Esse alinhamento de esforços estratégicos chineses, mesmo que para direções erradas, pode ser fruto da própria cultura e do confucionismo, o coletivo é mais importante que o indivíduo, hierarquia e subordinação. Assim como esse comportamento contribuiu para o declínio da China, também foi fundamental para o seu ressurgimento.

Pode-se afirmar que, em que pese o discurso do governo da China pregar o desenvolvimento pacífico e cooperativo, conforme descrito no LBGC, a percepção das ameaças e o sentimento coletivo da sociedade chinesa do Século da Humilhação Nacional, motivaram a China no preparo de instrumentos de força sólidos que possam garantir seus interesses protegidos de interferências exógenas. Todo esse processo permitiu o entendimento das vulnerabilidades da filosofia de Confúcio, o desprezo pelo mercantilismo e o uso da força, gerando revisões desses comportamentos.

Nesse processo a China redescobriu sua vocação marítima e naval, uma consequência do crescimento econômico, pois garantir as LCM é fundamental para China. Nesse sentido, permanecer limitado à defesa costeira tornou-se insuficiente para a China do século XXI. A importância das LCM é tão grande que a China criou o “Colar de Pérolas”, estabelecimento de bases para operação no Índico e garantir o fluxo de comércio, principalmente de produtos de energia, uma materialização das ideias de Mahan.

A Estratégia Naval da China vem desenvolvendo capacidades de forma planejada e coerente. Estabeleceu metas em fases até chegar à condição de iniciar o pensamento de atuação global da MEPL.

O Brasil é democrático, com uma estrutura decisória muito mais lenta que a da China, mas com consistência. O atual alinhamento político da Estratégia de Defesa para o desenvolvimento da indústria, capacitação de pessoal e reorganização das Forças Armadas conferem credibilidade ao processo político com o envolvimento da sociedade. Contudo; esse

processo, no Brasil, ainda encontra-se no estágio inicial, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Obviamente essa preparação deve ser consonante com a política nacional, calcada nos documentos condicionantes, com o foco na cooperação internacional e manutenção da paz como bases do desenvolvimento da América do Sul e África, interligados pelo Atlântico Sul. Assim, a fórmula da Política Externa definida como a combinação de *Soft Power* com a política de defesa de base dissuasória deve ser o farol. A atenção deve ser atribuída ao melhor equilíbrio dessa fórmula, isto é, desenvolver a base dissuasória da política de defesa de forma compatível e coerente com a atual projeção internacional do Brasil, obtida pela correta aplicação do *Soft Power*.

No Brasil, a MB ajustou-se às condições da política e vem trabalhando o convencimento da sociedade, por meio da Comunicação Social; conseqüentemente, contribuir de forma objetiva no alinhamento político estratégico. Nesse processo, a MB também vem promovendo o entendimento do poder político quanto à importância do poder naval como instrumento necessário para a garantia dos interesses do Brasil.

Outra ideia adaptável é o estabelecimento de capacidade operacional a partir da costa África. Tomados os adequados cuidados, essa ideia poderá permitir uma melhor cobertura estratégica do Atlântico Sul e conseqüentemente garantir a segurança das LCM de interesse do Brasil; além de oferecer defesa avançada para o Brasil. Operacionalizar essa ideia possui caminhos legítimos com a CPLP, a ZOPACAS, a IBAS e o Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia, cada um com seus cuidados adaptativos específicos.

Pode-se então estabelecer uma lição extra, resultado de todo o trabalho, o Brasil deve estar preparado para as possibilidades reais de confronto de interesses, notadamente no palco estratégico da África. O Brasil sempre esteve presente na África atuando como parceiro; contudo, EUA e China ocupam cada vez mais espaço nesse tabuleiro. Dentre essas grandes

potências consideradas, nenhuma delas proclama o conflito, pelo contrário, seus discursos são de desenvolvimento cooperativo internacional; contudo, estão jogando com seriedade e possuem instrumentos estabelecidos de aplicação da força, desconsiderar a possibilidade de que os confrontos de interesses possam atingir seus limites da razão, não é uma opção. Por isso a teoria racionalista é tão importante para compreender o papel do Brasil nesse jogo internacional. O *Soft Power* brasileiro deve prosseguir sendo aplicado com foco nos interesses próprios e é inadiável o robustecimento das capacidades dissuasórias do Brasil.

Contudo, existem alguns elementos da Estratégia Naval da China que não são compatíveis com a Estratégia Naval do Brasil: a deterrência nuclear e a identificação de um rival inserido na área de influência estratégica.

O desenvolvimento de capacidade própria de deterrência nuclear não é aplicável ao Brasil, a assinatura do Tratado de Tlatelolco e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, além da expressa decisão de não desenvolver armas nucleares na Constituição Federal de 1988, impedem que o Brasil trilhe o caminho da deterrência nuclear. Nesse sentido o Brasil deve seguir aplicando o *Soft Power* e utilizar essa característica de limitação autoimposta como credencial de exercício de desenvolvimento pacífico e cooperativo legítimo.

O estabelecimento de um Rival ou Ameaça regional também não é aplicável ao Brasil. Habilmente, o Brasil aplicou o *Soft Power* e estabeleceu um ambiente cooperativo, pacífico e livre de interferências diretas das potências convencionais na região. Como já apresentado neste trabalho, esse ambiente gera uma percepção de ameaça muito baixa, para o cidadão brasileiro comum pode ser considerada praticamente nula. Apesar disso, é fundamental pensar estrategicamente no desenvolvimento de capacidades que garantam os interesses do país.

O trabalho permitiu, também, identificar que a Estratégia Naval do Brasil já possui alguns pontos coincidentes com a Estratégia Naval da China: a prioridade ao programa

de submarinos; o mote na garantia da soberania nacional e na integridade territorial; a busca para tornar-se balanceada, equilibrada e moderna; e a promoção do desenvolvimento de conhecimento e de uma base industrial de defesa própria e nacional.

Assim, é possível destacar algumas lições importantes da Estratégia Naval da China para a Estratégia Naval do Brasil, fruto das análises apresentadas: a necessidade de um correto alinhamento político e estratégico para que se possa orientar e coordenar as ações com o foco em alcançar os objetivos nacionais; o desenvolvimento de capacidades próprias e a necessidade de coordenar ações para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa; a capacitação intelectual adequada para viabilizar o desenvolvimento das capacidades nacionais próprias; o estabelecimento de bases avançadas, fora do território nacional, a fim de permitir as operações navais de proteção das LCM de interesse.

Pode-se concluir que o Brasil está trilhando um caminho de alinhamento político no que se refere à estratégia de defesa e, por ser uma democracia consolidada, exige extenso debate com a sociedade para o desenvolvimento desse processo, podendo até ser percebidos como projeto de Estado, deixando a dependência profunda por iniciativas isoladas.

O Brasil deverá estar preparado para situações de confrontação de interesses, caso contrário cairá na retórica. Esse é o único fator de pressão sobre o tempo a ser despendido nesse longo caminho do desenvolvimento das capacidades de defesa.

Aparentemente o Brasil já percebeu isso, a MB iniciou sua jornada para o futuro desejado, por caminhos adequados, semelhantes aos trilhadas pela China e sua MEPL. Espera-se que esse processo iniciado, não sofra interrupções e que o Brasil consiga desenvolver seus instrumentos, notadamente seu Poder Naval, em tempo adequado, sem que seja desafiado prematuramente.

REFERÊNCIAS

ANDELINOVIC, Débora. **Os BRICS e a Cooperação para o Desenvolvimento, no Contexto de Construção de uma Nova Ordem Internacional**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em relações Internacionais, 2013, UERJ, Rio de Janeiro. 2013.

ALMEIDA, Paulo. **A China e a sua estratégia naval: pequenos contributos**. Anais do Clube Militar Naval, Lisboa, v. 137, n. 4/6 , p. 247-299 , abr/jun. 2007.

ARAÚJO, Telmo Silva de; GARCIA, Francilene Procópio. **Oportunidades de negócios de Tecnologia da Informação entre Brasil e China**. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Organizador). **Brasil e China Multipolaridade**. Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2003. Textos apresentados no seminário Brasil-China, Rio de Janeiro, 1999. ISBN 85-7631-005-8

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. São Paulo, UNB. 2002. p. 153 *apud* GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2013. Curso de Especialização em Gestão Internacional, COPPEAD. Curso de Política e Estratégia Marítimas na Escola de Guerra Naval. 21 de março de 2013.

BATISTA, Paulo Nogueira. **Os BRICS no FMI e no G-20**. ALAI, América Latina em Movimento, 12 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://alainet.org/active/60457&lang=es>>. Acesso em 10 de junho de 2013

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China. Política Externa Comparada e Relações Bilaterais (1974-2004)**. p. 35, 188-207. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008. ISBN: 978.85.7631.110-2.

BLOCKER, H. Gene; Starling, Christopher L. **Japanese Philosophy**. [S.l.]: SUNY Press, 2001. p. 64.

BRAGA, André Luiz de Mello. **A Geopolítica da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: um Instrumento Geoestratégico para o Brasil no Desenvolvimento Regional**. Ensaio apresentado no Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, 2005. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. 2005.

BRASIL, Marinha do Brasil. **Missão e Visão da Marinha**. Sítio oficial da na Internet. Disponível em: <http://mar.mil.br/menu_v/instituicao/missao_visao_mb.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2013.

_____, **Portaria No- 114/MB, de 4 de março de 2013**. Cria a Diretoria de Gestão de Projetos Estratégicos da Marinha (DGePEM) e dá outras providências. Diário Oficial da União, 7 de março de 2013.

_____, **Política Nacional de Defesa**, março de 2013. Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 576/2012. Aprovação em Plenário do Senado, 20 de março de 2013.

_____, **Estratégia Nacional de Defesa**. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Ministério da Defesa. 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. Disponível em:
< http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/zona_paz/zona.asp>.
Acesso em: 29 de abril de 2005.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS - Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul**. Disponível em:
< <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>.
Acesso em: 29 abr. 2013.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. **O Brasil e a China - uma visão brasileira da parceria estratégica**. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v.21, n. 45, p. 83-95, 1.sem. 2006.

_____. **O Brasil e as Relações Internacionais: ontem, hoje e amanhã**. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2005. Relações Internacionais, Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores na Escola de Guerra Naval. 14 de junho de 2005.

CAPPELLANO-SERVER, Shawn. **Naval Implications of China's Nuclear Power development**. In: ERICKSON, Andrew S. et al. **CHINA'S future nuclear submarine force**. Maryland: Naval Institute Press, 2007. 412 p. ISBN 9781591143260

CASTRO, Therezinha de. **América do sul: vocação geopolítica**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997.

_____. **Atlântico Sul: Geopolítica e Geosetratégia**. 1999a. 47f. LS808/98 DAInt. Escola Superior de Guerra, Rio e Janeiro, p 27-44.

_____. **Brasil (Dinâmica dos Eixos de Evolução Internacional)**. 1999b. 30f. LS839/98 DAInt. Escola Superior de Guerra, Rio e Janeiro, p 17-21.

_____. **Atlântico Sul**. 1995. 40f. LS817/95 DAInt. Escola Superior de Guerra, Rio e Janeiro, p 13-31.

CHINA. **China's National Defense in 2010**. China's Withe Papers. Disponível em:
<http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7114675.htm>
Acesso em: 16 de março de 2013

COLE, Bernard D. **The Great Wall at Sea: China's Navy in the twenty-first century**. 2 ed. P.cm. 2010.

_____. **More Red than Expert: Chinese Sea Power during the Cold War**. In: ERICKSON, Andrew S. et al. **CHINA goes to sea: maritime transformation in comparative historical perspective**. Maryland: Naval Institute Press, 2009. xxxvi, p 320-334. ISBN 9781591142423.

_____. **China's Maritime Strategy**. In: ERICKSON, Andrew S. et al. **CHINA'S future nuclear submarine force**. Maryland: Naval Institute Press, 2007. 412 p. ISBN 9781591143260

ELLEMAN, Bruce A. **The neglect and Nadir of Chinese Maritime Policy under Qing**. In: ERICKSON, Andrew S. et al. **CHINA goes to sea: maritime transformation in comparative historical perspective**. Maryland: Naval Institute Press, 2009. xxxvi, p 288-314. ISBN 9781591142423.

ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyke J. **Chinese Perspectives on Maritime Transformation**. In: ERICKSON, Andrew S. et al. **CHINA goes to sea: maritime transformation in comparative historical perspective**. Maryland: Naval Institute Press, 2009. xxxvi, p XIII-XXX. ISBN 9781591142423.

EUA. **CHINA goes to sea: maritime transformation in comparative historical perspective**. Maryland: Naval Institute Press, 2009. xxxvi, 485 p. ISBN 9781591142423.

_____. **CHINA'S future nuclear submarine force**. Maryland: Naval Institute Press, 2007. 412 p. ISBN 9781591143260.

FAIRBANK, John King. **China: A New History**. Cambridge, Havard University Press, 2006 p. 88, 108 e 110 *apud* LYRIO, Maurício Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. p. 16-25, 79-80, 235-241. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010. ISBN: 978.85.7631.227-7.

GODWIN, Paul H.B. **China's Emerging Military Doctrine, a role for Nuclear Submarines?** In: ERICKSON, Andrew S. et al. **CHINA'S future nuclear submarine force**. Maryland: Naval Institute Press, 2007. 412 p. ISBN 9781591143260.

GOLDSTEIN, Lyle J.; MURRAY, Bill. **China's subs lead the way**. Proceedings, Annapolis, MD v. 129.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. **Relações Brasil-China: uma parceria estratégica?** *Século XXI: revista de relações internacionais / Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio Grande Sul, Porto Alegre*, p. 11-24. 2010.

GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 68 p. (Coleção Passo a Passo).

_____. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2013. Curso de Especialização em Gestão Internacional, COPPEAD. Curso de Política e Estratégia Marítimas na Escola de Guerra Naval. 21 de março de 2013.

GREENERT, Jhonathan W. **Projecting Power, Assuring Access**. 2012. Disponível em: <<http://cno.navylive.dodlive.mil/2012/05/10/projecting-power-assuring-access/>> Acesso em : 08 de março de 2013

GROVE, Erick, **Thematic issues and paradigms in the Asia Pacific maritime complex**. Singapura, 2005. *Maritime Balance of Power in the Asia-Pacific*, 8 a 9 de março de 2005.

HOLBRAAD, Carsten. **The Role of Middle Powers**. In: *Cooperation and Conflict*. Sage publications, 1971.

KILIAN JÚNIOR, Rudbert. **Notas de Aula sobre Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2013. Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval. 19 de fevereiro de 2013.

KILPATRICK, Ryan. **National Humiliation in China**. Hong Kong. University of Hong Kong, maio, 2011. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2011/10/20/national-humiliation-in-china/>>. Acesso: 16 de março de 2013

KOZLOFF, Nikolas. **Washington and the Battle for the African Lusophone World**. New York. Maio de 2013. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/nikolas-kozloff/washington-and-the-battle_b_3347714.html> Acesso em: 30 de maio de 2013.

KUMAR, Deepak. **A competição no oceano Índico à luz do emergente triângulo estratégico**. Monografia apresentada no Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, 2009. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. 2009.

LYRIO, Maurício Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. p. 16-25, 79-80, 235-241. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010. ISBN: 978.85.7631.227-7.

MCVADON, Eric A. **China's Navy today: looking toward blue water**. In: ERICKSON, Andrew S. et al. **CHINA goes to sea: maritime transformation in comparative historical perspective**. Maryland: Naval Institute Press, 2009. xxxvi, p XIII-XXX. ISBN 9781591142423.

MELLO DE ALMEIDA, Claudio Henrique. **A Presença da China na Costa Ocidental da África – O Caso Da Namíbia: implicações para o poder naval brasileiro**. Monografia apresentada no Curso de Política e Estratégia Marítima, 2012. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. 2012.

MULTILATERALIDADE In: **Dicionário de Relações Internacionais**. Fernando de Sousa (Direção). 954 ed. Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 2005. p.121. Disponível para *douwn load* em: <<http://www.aeflup.com/ficheiros/Dicionario%20de%20Relacoes%20Internacionais.pdf>> . Acesso em 10 de junho 2013.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. 2004.

ORDEM INTERNACIONAL In: **Dicionário de Relações Internacionais**. Fernando de Sousa (Direção). Porto, Edições Afrontamento, 2008. p. 139.

PATRIOTA, Guilherme de Aguiar. **Novo Mundo, Velha Ordem: e o Brasil com isso?** Brasília, Interesse Nacional, 14/05/2012. Disponível em: <<http://www.interessenacional.uol.com.br/2012/05/novo-mundo-velha-ordem-e-o-brasil-com-isso/>> Acesso em: 27 de março de 2013.

POCHMANN, Márcio. **A ascensão dos países-baleia.** Disponível em: <<http://www.civilbeat.com/articles/2012/02/13/14874-the-rising-east-us-admiral-identifies-chinas-objectives/>>

Acesso em 22 de março de 2013

PUSSATO, Diego. **O lugar da China no comércio exterior brasileiro.** Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais – ISSN 2175-2052. 19 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/01/19/o-lugar-da-china-no-comercio-exterior-brasileiro-por-diego-pautasso/>>

Acesso em: 02/MAI/2013

SCHOEMAN, Maxi. **Of BRICs and Mortar: The Growing Relations between Africa and the Global South.** The International Spectator: Italian Journal of International Affairs, 2011. 46:1, 33-51.

Disponível em: <www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03932729.2011.549753>.

Acesso em: 22 de março de 2013.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas.** 31ª ed. São Paulo.2002. Editora Ática. ISBN 8508075436.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil.** 2, ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

SOARES, Rodrigo de Lima Baena. **Diplomacia e Defesa.** Brasília. [s.n], 2013. Curso Superior de Defesa, Escola Superior de Guerra. Palestra proferida no Auditório Pedro Calmon em 24 de abril de 2013.

SOUZA, Amaury de. **O Brasil na região e no mundo: percepções da comunidade brasileira de política externa.** Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2008.

STEIN, Marcelino André. **O comércio marítimo internacional.** Valor Econômico Online, 29 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2011/09/29/o-comercio-maritimo-internacional/#ixzz2VsSFb2oW>>

Acesso em: 10 de junho de 2013.

SWIELANDE, Tanguy Struye de. **The EU and the BRICS: The Iceberg strategy.** Géopolitique et politique étrangère . maio de 2012. Disponível em: <<http://geopolitique-cecri.org/2012/05/14/commentary-paper-n2-the-eu-and-the-brics-the-iceberg-strategy/>>

Acesso em: 31 de maio de 2013.

TILL, Geoffrey. **Asia's Naval Expansion: An arms race in the making?** London, The International Institute for Strategic Studies, 2012. 251 p. ISBN: 978-415-696338-8.

VASCONCELOS, Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e. **O futuro do sistema internacional face ao crescimento do poder do BRIC.** Boletim Instituto de Estudos Superiores Militares, Portugal, v. 4, n. 7, p.97-164, dez. 2009.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro.** 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 1985. 151 p. (Coleção General Benício ; v. 228) ISBN 8570110901.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Clube Naval: 2002. 137 p.

WILSON, Andrew R. **The Maritime Transformation of Ming China**. In: ERICKSON, Andrew S. et al. **CHINA goes to sea: maritime transformation in comparative historical perspective**. Maryland: Naval Institute Press, 2009. xxxvi, p 238-274. ISBN 9781591142423.

XIONG, Guankai. **China's Military Diplomacy in Relation to Her Foreign Policy and National Defense Policy**. In: **International Situation and Security Strategy**. Beijing. Tsinghua University Press, 2006. p.377-378.

disponível em <<http://www.america-sul.com/mapa-america-sul.htm>>. Acesso em 3 de julho de 2013.

II) China:

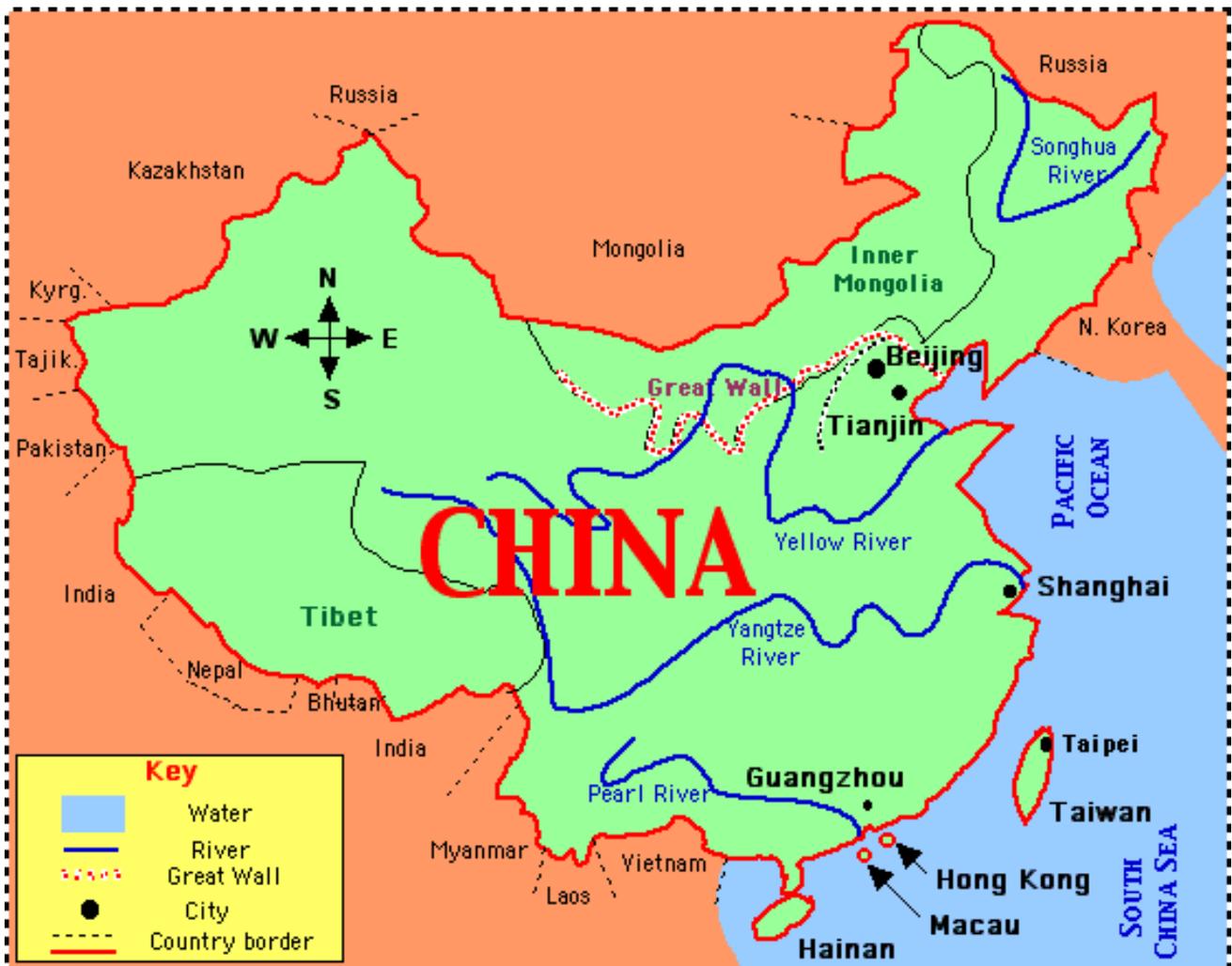


FIGURA 2 – Fronteiras políticas da China

Mapa que apresenta as fronteiras políticas da China para visualização. Fonte da imagem: <<http://www.enchantedlearning.com/asia/china/>>. Acesso em 3 de agosto de 2013

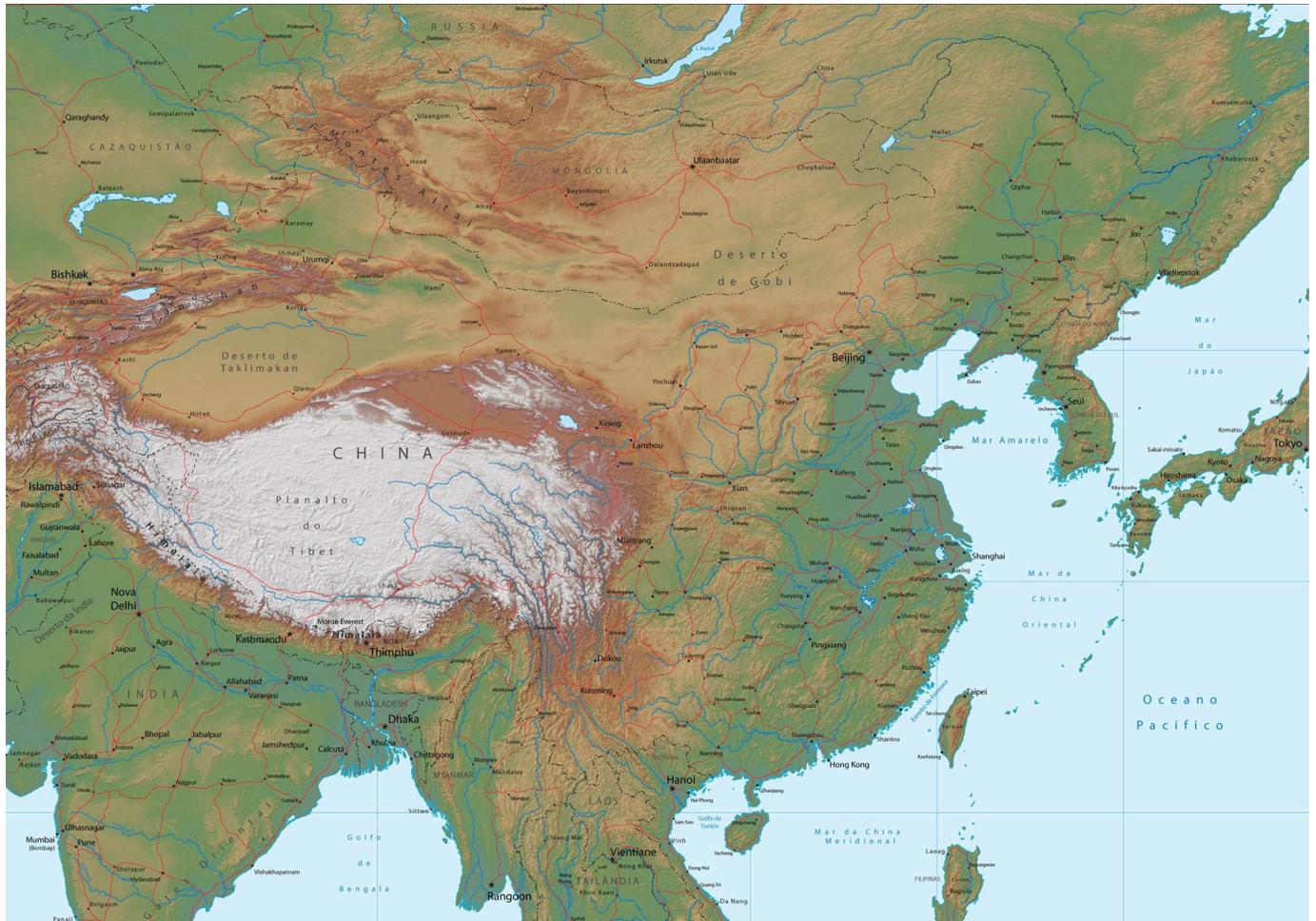


FIGURA 3 – Projeção da China sobre o Pacífico

Projeção da China sobre o oceano Pacífico, conforme apresentado no item 2.3 deste trabalho - “A China e suas inserção geopolítica”. Fonte da imagem: Guia Geográfico, disponível em <<http://www.guiageo-china.com/mapas/china-fisico.htm>>. Acesso em 18 de julho de 2013.



FIGURA 4 – Disposição do Colar de Pérolas Chinês

Mapa para localização das bases avançadas da China para garantir suas LCM de interesse, o chamado Colar de Pérolas. Informações obtidas no sítio Tensões Internacionais Atuais, disponível em: <<http://focosdetensoesinternacionais.blogspot.com.br/2009/03/foco-52-china-e-india-disputam-o-indico.html>>. Acesso em 18 de julho de 2013.

APÊNDICE B

CHINA E O SÉCULO DA HUMILHAÇÃO NACIONAL

O Século da Humilhação Nacional é uma característica do sentimento coletivo da sociedade chinesa muito importante, a qual deve ser entendida para melhor compreender seu efeito sobre essa milenar cultura.

Não há dúvidas que o Século da Humilhação Nacional iniciou-se com o fim da Primeira Guerra do Ópio, mas esse sentimento do coletivo chinês é muito mais profundo, uma vez que não possui uma data definida para o término do período da Humilhação Nacional, ou pelo menos não está emocionalmente “bem resolvido”.

Jiang Jiè Shí proclamou o fim do Século da Humilhação Nacional com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), a vitória sobre os japoneses e a entrada da China no Conselho de Segurança da ONU, momento que foi carregado de simbolismo para os chineses porque trazia não somente o sentimento de libertação da subordinação ao Japão, mas também passava a sensação de que a China passaria a ser respeitada internacionalmente. Essa declaração de Jiang Jiè Shí pode ser considerada a data mais aceita pela literatura, uma vez que, mais do que fechar a contabilidade aproximada de “um século” (1842-1945), possui toda essa carga simbólica.

Nesse sentido não se pode deixar de ressaltar que ao final da Segunda Guerra Mundial, a China de Jiang Jiè Shí fazia parte do projeto político e estratégico dos EUA para a Ásia-Pacífico, onde a China assumiria a posição de “ponto de apoio” para o exercício de influência estadunidense na região. Com a tomada do poder na China por Mao Zedong (1949), o projeto dos EUA teve que sofrer ajustes, deslocando-se para tornar o Japão esse ponto. A partir dessa percepção chinesa, a “Questão Taiwan” carrega um viés simbólico muito forte para a China de hoje.

Ryan Kilpatrick (2011) faz uma análise muito boa sobre os possíveis marcos de fechamento do Século da Humilhação Nacional e sobre esse tema como um todo; para ele, não há uma “janela” histórica que defina o Século da Humilhação Nacional, mas sim, trata-se de um estado de espírito da sociedade e cita outros padrões que podem ser considerados para marcar o fim da humilhação:

- Jiang Zemin acredita que o é ano de 1997 com a transferência do controle de Hong Kong dos britânicos para os chineses;
- outros acreditam que o marco foi a realização dos Jogos Olímpicos de 2008;
- outros ainda acreditam que o fim ocorrerá somente com a conclusão da Questão Taiwan e sua reintegração efetiva ao território.

Tudo isso apenas reforça a ideia de um sentimento, uma ferida que ainda está cicatrizando. Kilpatrick (2011) afirma que é um trauma da sociedade chinesa, adquirido no fim do século XIX e que ainda não foi superado.

Esse traço do emocional coletivo da sociedade chinesa é importante para entender alguns aspectos da postura chinesa e suas decisões estratégicas nos dias de hoje. Como visto neste trabalho é um dos principais motores do fortalecimento dos instrumentos de poder da China do século XXI.